



# Anais da Assembléia

Nº 44

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LÊGISLATURA

ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 1983

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Roberto Requião e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Werner Wanderer, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Tadeu Lúcio Machado (30); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Mário Pereira, Nelson Buffara, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (28).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

### Ofício:

Do Senhor CELSO BUSCHMANN da SULAFER REPRESENTAÇÕES LTDA., o qual cumprimenta esta Assembléia Legislativa, pelo sucesso do "I Fórum de Debates" sobre "ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ", que serviu para fundamentar as ações no sentido de promover sem delongas a superação dos já identificados e tão decantados problemas que afligem a nossa economia. — Ao conhecimento da Casa.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no Município de Itambaracá, do Senhor KIETRO OUTIKI, ex-Prefeito daquela cidade.

Outrossim, requer ainda, após aprovação da presente, dê-se ciência à família enlutada, através da esposa Senhora

YOSCHI OUTIKI, e seus cinco filhos, todos residentes naquela cidade.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício à Excelentíssima Senhora Secretária da Educação para que autorize a instalação de um Núcleo Regional de Ensino, no Município de Irati.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de Irati ser polo de uma importante região do Estado, onde convergem estudantes de várias cidades vizinhas e a criação do citado Núcleo Regional de Ensino, viria a oficializar a participação desse município no desenvolvimento educacional, para tanto já foi criada a Associação dos Municípios da Região Centro-Sul do Paraná - AMCESPAR, abrangendo os municípios de Irati, Ipiranga, Mallet, São João do Triunfo e Prudentópolis, que deverão compor os respectivos núcleos.

Anexo cópia da ata de criação da Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de solicitação oficial à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que sejam incluídas no orçamento daquela Secretaria, verbas destinadas a auxiliar na manutenção da Casa da Estudante Universitária de Curitiba.

A Casa da Estudante Universitária de Curitiba, vive momentos de angústia e intranquilidade, tendo em vista que quando da reestruturação do MEC, ficou extinto o Departamento de Assistência ao Educando, e as casas de estudantes a nível de terceiro grau deixarem de constar do orçamento da União.

Desde então, as estudantes daquela casa batem às portas dos gabinetes dos Deputados, reivindicam junto ao MEC e Secretaria da Educação pedindo verbas, sem nada conseguir.

A inclusão da Casa da Estudante Universitária de Curitiba no orçamento da SEC, virá trazer um pouco de paz e tranquilidade àquelas estudantes que lutam para galgar um lugar ao sol.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Estado do Interior, no sentido de implantação do sistema de telefones residenciais no Distrito de Arapuã e a instalação de um Posto de Serviços Telefônicos, no Distrito de Cinco Marcos, ambos distritos pertencentes ao Município de Janiópolis.

O Distrito de Arapuã é uma progressista localidade, com dezenas de estabelecimentos comerciais, mais de cem residências e uma população local de mais de 3.000 habitantes. Por seu

turno, o Distrito de Cinco Marcos, embora sendo uma pequena localidade, os seus habitantes não possuem meio algum de comunicação em casos de urgência que possam surgir aos seus moradores.

A implantação de telefones residenciais na localidade de Arapuã e a instalação de um Posto de Serviço Telefônico na localidade de Cinco Marcos, além de expandir a rede de telefonias da TELEPAR, iria de encontro aos anseios dos moradores das referidas localidades.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da construção de um Terminal Rodoviário, na sede do Município de Quinta do Sul.

Tal solicitação, partida dos Vereadores daquele município, Srs. Eduardo Viana Pereira e Helmut Etgeton, visa premiar a cidade de Quinta do Sol com um terminal rodoviário que venha atender às necessidades dos moradores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes à Presidência do Senado Federal, à Presidência da Câmara dos Deputados e às lideranças partidárias das duas Casas Legislativas referidas, manifestando a esperança da classe farmacêutica paranaense pela manutenção e cumprimento da Lei 6686/79, através da rejeição do projeto de lei do Senador José Lins que visa modificá-la.

A medida se reveste de inteira justiça considerando serem os farmacêuticos, os que, há muito tempo, recebem a melhor formação universitária para o exercício de análises clínicas.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 19/81, de sua autoria, que visa elevar os valores das pensões concedidas às viúvas de ex-Deputados, tendo em vista a Lei n.º 7.568 de 11/01/82, que estabeleceu no Estado novos critérios para a concessão e majoração de tais benefícios.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilso Sguarezi, no uso de suas atribuições, e com base em disposição expressa do Regimento Interno, REQUER, seja ouvida a Comissão Executiva sobre o Projeto de Resolução n.º 04/83, com sua conseqüente retirada da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, a audiência da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para o Projeto de Lei n.º 129/82, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de ser instalado em Campo Mourão um Centro de Abastecimento CEASA.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão, município pertencente à Região da CONCAM, tem o seu desenvolvimento calcado na agricultura, onde se produz milhares de toneladas de grãos, o que colabora definitivamente com o desenvolvimento de nosso Estado. Por outro lado, a agricultura traz os problemas de uma legião muito grande de "bóias-frias", que necessitam urgentemente de ter um centro de abastecimento onde possam buscar alimentos mais baratos ou em melhores condições de aquisição, o que viria a minorar seus problemas.

É pois uma reivindicação justa que hoje fazemos e esperamos uma solução por parte dessa Secretaria.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da SANEPAR, solicitando estudos no sentido de se instalar a rede de esgotos no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Mourão é no contexto paranaense um dos maiores de nosso Estado, em sua sede conta com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, e infelizmente não conta ainda com o benefício da rede de esgoto.

Dai solicitarmos aos órgãos competentes que estudem e urgentemente construam a rede de esgotos, já que ali na sede do município existe, apesar de superada, uma estação de tratamento de esgoto, a qual nunca entrou em funcionamento, trazendo prejuízos não só aos munícipes mas também ao Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário da Cultura e Esportes, apelando no sentido de que seja concedido auxílio para a cobertura da cancha de esporte do centro cultural e recreativo de Rebouças e construção de arquibancadas no Estádio Municipal "Jerônimo Perussulo", em Rebouças.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio

de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, solicitando que a conservação da estrada Rebouças-Marmeleiro, numa extensão de quatorze quilômetros seja feita às expensas do DER.

Solicitamos tal providência, pelo motivo de que a Prefeitura não se encontra em situação de conservar o referido trecho por falta de recursos financeiros.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Senhora Secretária de Educação, apelando no sentido de ser liberado auxílio financeiro para a reforma das escolas municipais e estaduais do Município de Rebouças que se encontram em precárias condições de funcionamento.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Senhora Secretária de Educação, apelando no sentido que seja liberado auxílio financeiro para o pagamento dos professores municipais do Município de Rebouças, tendo em vista a sobrecarga de despesas por conta desta Prefeitura.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, apelando no sentido que seja construída seis pontes no Município de Rebouças, conforme segue: uma sobre o Rio Cachoeira na divisa com o Município de Rio Azul; duas pontes sobre o Arroio do Tigre na localidade de Cachoeira dos Domingues; uma ponte sobre o Rio da Barra, sentido Conceição; uma ponte sobre o Rio da Barra, sentido Marmeleiro; e uma ponte sobre o Rio da Barra, sentido Salto.

Tal pedido prende-se ao fato da precária situação econômica e financeira de quase a totalidade dos municípios do Paraná, inclusive esse que solicita.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos de um voto de pesar pelo passamento do Senhor ORLANDO STRIQUER, ex-Prefeito da cidade de Jataizinho, ocorrido no dia 07 próximo passado.

Solicita outrossim, após sua aprovação, seja dado ciência à família enlutada, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Nelson Friedrich, digníssimo

Secretário de Interior, solicitando informações sobre a previsão do início da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Faraday.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, para que autorize a criação de um Ginásio de Esportes na cidade de Pitanga.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima, justifica-se, uma vez que o Ginásio de Esportes naquela cidade será para uso da juventude e promoção do município, através da prática de esportes e efetiva integração à região do Vale do Ivaí e do Estado, para sediamiento de futuros Jogos Estudantis Abertos do Vale do Ivaí e até mesmo Jogos Abertos do Paraná, sendo que Pitanga é um dos poucos municípios que não possui Ginásio de Esportes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que seja constado nos Anais da Assembléia Legislativa, a reportagem publicada pelo jornal "Folha de Londrina", em data de 03/05/83, à página 24, feita pelo jornalista Antônio Luiz de Mattos, da sucursal de Campo Mourão, sob o título "Precárias condições de tráfego entre Campo Mourão e o Rio Ivaí"

A referida reportagem mostra um retrato real e fiel das condições de tráfego no citado trecho bem como enumera as reivindicações feitas por órgãos de classe e moradores daquela região, no sentido da solução do problema.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança do Estado, apelo no sentido de que seja procedida de imediato a apuração das responsabilidades com relação ao ofício da Coordenação de Informações da Secretaria de Segurança, solicitando ao Tribunal Regional Eleitoral a relação dos filiados ao Partido dos Trabalhadores.

Requer, outrossim, a imediata exoneração de função dos responsáveis, instauração e conclusão do competente inquérito.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoiamento: Aníbal Khury, Rubens Bueno, Márcio Almeida, Sérgio Spada, Edmar Luiz Costa.

#### Projeto de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O Art. 39, do Regimento Interno, fica acrescido de mais um inciso:

Art. 39 — .....  
"Comissão de Direitos Humanos".

Art. 2.º — À Comissão de Direitos Humanos compete:

- a) manifestar-se sobre todos os atos e assuntos que digam respeito a direitos humanos;
- b) acompanhar e propor medidas em assuntos que visem

defender ou melhorar as condições de direito elementares da pessoa humana.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoio: Nilso Sguarezi, Nelson Vasconcellos, Rubens Bueno, Roberto Requião, Adhail Sprenger Passos.

JUSTIFICATIVA:

Uma das maiores preocupações da sociedade atual é a defesa dos direitos humanos. A própria ONU, através de seus órgãos especializados tem se batido, intransigentemente para livrar, o nosso século, que se distinguiu pelas maravilhosas conquistas da ciência e da tecnologia, da mácula medieval que se reflete pelo desrespeito aos mais comecinhos princípios de telerância e amor ao nosso semelhante. Nestas condições, nada mais oportuno que, neste Poder, onde se representa a vontade do povo, haja uma Comissão especializada na defesa de seus direitos fundamentais.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 44/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica vedado qualquer desconto em folhas de pagamento de servidores públicos ou assalariados das autarquias e empresas públicas do Estado do Paraná, sem a prévia comprovação e devida anotação, pelo órgão pagador, do número de registro do Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.) ou Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) do favorecido.

Parágrafo único — As partes interessadas na implantação de descontos em folhas de pagamento deverão providenciar a regularização de situações que não preencherem os requisitos deste artigo, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 2.º — Todos os comprovantes fornecidos para fins de imposto de renda deverão fazer constar, além dos nomes dos favorecidos, também o número de seu Cadastro junto ao Ministério da Fazenda, de conformidade com os preceitos do artigo anterior.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Cada vez tornam-se maiores as exigências para o preenchimento das declarações para fins de pagamento de imposto de renda.

É comum que se glose os descontos procedidos em folha de pagamentos sem que se identifique, no formulário, o C.G.C. ou C.P.F. do favorecido.

Tornando-se obrigatória anotação do número do registro do cadastro do favorecido, bem como o seu fornecimento junto com os comprovantes para fins de imposto de renda, o contribuinte ficará livre das penosas pesquisas a que tem de submeter-se por ocasião do preenchimento de sua declaração de rendas.

A medida é prática e deveria ser adotada também na esfera federal, abrangendo todos os assalariados e servidores públicos.

PROJETO DE LEI N.º 45/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 171 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 171 — Ao funcionário que completar vinte e cinco (25) anos de serviço, se do sexo feminino, ou trinta (30) anos

de serviço se do sexo masculino, será acrescido seus vencimentos de cinco por cento (5%), por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento (25%).

Parágrafo único — O benefício do presente artigo, terá vigência a partir da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, nos termos do artigo 75, item I, alínea “a” da Constituição do Estado do Paraná, reajustando-se os proventos do funcionário do sexo feminino já aposentado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado Estadual Aldo Laval, Constituinte de 1947, vem de longa data reivindicando através da Fundação “CASA DO TRABALHADOR”, da qual é Presidente, o benefício que agora propomos para sanar a injustiça cometida através da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado), quando em seu artigo 171 (artigo 171 — Ao completar trinta anos de exercício, o funcionário terá direito ao acréscimo aos vencimentos de cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento), discriminou a figura do funcionário público do sexo feminino, que se aposenta aos 30 anos de serviço, não acrescentando adicionais por tempo de serviço de cinco por cento (5%) por ano excedente dos 25 anos aos 30 anos de serviço.

Tivemos em outra legislatura a tentativa de correção da injustiça, através do projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o qual após aprovado por esta Assembléia, recebeu o veto de Sua Excelência o então Governador, acabando a iniciativa, em razão de prazo legal nos arquivos deste Poder.

A Constituição do nosso Estado prevê que é de competência do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Estado e seu regime jurídico, ou que abram crédito, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública (artigos 25, § 1.º, alínea “c” e 35), o que de primeiro plano poderia tornar esta iniciativa inconstitucional. No entanto a jurisprudência, já consubstanciada em súmula do Supremo Tribunal Federal, estabelece que a sanção do Executivo faz convalidar o projeto de seu vício inicial, quanto à competência para iniciativas de leis que aumentem a despesa pública. Sobre o texto Constitucional que dispõe sobre o funcionário público e seu regime jurídico, a simples sanção governamental corrigirá a discriminação praticada contra o funcionário público do sexo feminino.

É salutar o texto constitucional: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de SEXO, raça, TRABALHO, credo religioso e convicções políticas”.

“Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei”.

Os textos citados foram cumpridos pela Municipalidade Curitibana, ao criar-se a lei n.º 4.789, em 23 de janeiro de 1974, que em seu artigo 69 dispõe que “Ao completar vinte e cinco anos de exercício, a funcionária terá acrescido aos vencimentos 5% por ano excedente, até o máximo de 25% calculado sobre o respectivo nível de vencimento”.

Atualmente a maioria dos funcionários públicos do Estado do sexo feminino trabalham até os 35 anos para poderem na aposentadoria contar os adicionais concedidos após os 30 anos de serviço, o que nos faz pensar de que de nada valeu a conquista de aposentadoria aos 30 anos de serviços prestados à causa do nosso Estado.

Pelas razões expostas e pelo tudo o que já se disse neste Poder através de outros ilustres Parlamentares, é que pretendemos com nossa iniciativa aplicar com justiça os textos constitu-

cionais citados, dando a mulher em termos reais o que ela como mãe, filha ou esposa tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste momento em que falamos sobre o problema do despotismo, Sr. Presidente, que está a campear no Paraná, sobre o problema do despotismo que campeia na Assembléia Legislativa, sobre o problema que, parafraseando Gandhi, “Os ditadores têm uma curta passagem, pelos seus mandos e pelos seus desmandos”.

Então, apenas um alerta para os Senhores que hoje têm o poder; para os Senhores que, hoje, mandam na Assembléia, para os Senhores que, indistintamente, estão subjugando os Deputados da Maioria, para que pratiquem um ato de violência contra o mesmo Poder, para que pratiquem um ato de arbitrariedade contra um Poder constituído, contra os mais humildes dos Deputados, e os mais humildes dos funcionários da Casa.

Já dizia, Sr. Presidente, o General Osório, que o despotismo não pode medrar numa comunidade que tem a consciência dos seus direitos e que os queira defender.

Estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a defender um despotismo da Comissão Executiva, com o respeito que temos por ela. Um despotismo que está a medrar uma dissidência nas bancadas do nosso partido e no partido da Situação; um despotismo, Sr. Presidente, os despostas deviam seguir Gandhi, na sua humildade, e o despotismo, Sr. Presidente, e o despotismo, imprensa do meu Paraná, tem a carreira curta.

E isto que sirva ao Governador José Richa e aos homens que estão patrulhando, agora, o partido diferente, que é o PP. São os despostas, os despotas que o General Osório sempre contrariou.

Então, o despotismo está a medrar na Assembléia Legislativa, sem consciência, e sem ouvirem as bancadas, fazem-se as reuniões dos despostas que pensam que são eternos.

Mas, haveremos de ver, Sr. Presidente, e a história há de dizer, que o despotismo há de dizer como Camões “Cessa tudo quando a antiga musa canta”, eis que a democracia se alevanta.

O despotismo do nosso Primeiro Secretário há de ouvir a nossa bancada, Deputado Erondy Silvério, a bancada da Minoria e grande parte da bancada da Situação, para que possamos olhar de frente, Sr. Presidente, para os homens que integram esta Casa, esta Casa que Anibal Khury carregou nas costas por muitos anos, que nós aprendemos a respeitar e o despotismo, como dizia o General Osório, não há de medrar na Casa da democracia, e se medrar, há de medrar para os homens que têm o sangue de Hitler, que querem pisotear, que querem achar, que querem fazer prevalecer a sua força de uma maioria que não tem significação.

Neste momento em que o regime está claudicando, é por isso, Sr. Presidente, é por isso, Líder da nossa bancada, Líder da bancada do PMDB, que haveríamos, antes de claudicar, antes de castrar a vontade da Maioria desta Assembléia, de fazermos uma reunião das duas bancadas, para que o jogo fosse ideal, para que o jogo da democracia estivesse às vistas do povo do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. “Primeiro, levaram os comunistas mas a mim não me im-

portou porque eu não era comunista; em seguida, levaram alguns operários mas a mim não me importou porque também eu era operário; depois, detiveram os sindicalistas mas eu não me importei porque não sou sindicalista; em seguida, prenderam alguns padres mas como eu não sou religioso, também me importou; agora, levaram a mim, mas já é tarde!” “Berthold Brecht”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Toda ameaça ao direito de um cidadão, é constante ameaça ao direito de todos!

É evidente que não atribuo ao PMDB a violência atentada contra o Partido dos Trabalhadores e seus militantes, mas, não é por isso que ficarei calado. Esta prática autoritária, velha prática, infame prática, tem que ser varrida do processo político brasileiro! Tenho certeza de que a iniciativa não partiu do Secretário da Segurança, o meu amigo pessoal, o meu irmão Luiz Felipe Mussi. Mais: o requerimento que chegou ao Tribunal Regional Eleitoral, é produto da força, da inércia, das atitudes arbitrárias que se multiplicaram nesses 27 anos de arbítrio, de ditadura e de falta de transparência nos atos públicos.

Não podemos calar, não podemos calar como Partidos — PDS e PMDB — não podemos calar como Poder Legislativo neste Estado.

Estou encaminhando à Mesa, requerimento ao Sr. Secretário da Segurança, exigindo a abertura de sindicância e o afastamento do funcionário responsável pelo infame e arbitrário pedido dirigido ao Tribunal Regional Eleitoral, em que se pretendia relacionar os nomes, para fins de informações e segurança, de um partido legítimo, livre e registrado segundo as exigências vigentes no Brasil!

Hoje, espero ter, para isso, o apoio de todos os companheiros do PMDB e do PDS. Esta é uma questão suprapartidária, uma exigência do próprio processo democrático brasileiro.

Solidarizo-me, nesta oportunidade, aos jornais que deram à matéria o destaque e o tratamento que ela e o próprio processo democrático exigiam. Esta Assembléia, os partidos e os Deputados individualmente, creio eu, não darão cobertura à infâmia, e esta Casa Legislativa, mais do que requer abertura de uma sindicância, exige, do Sr. Secretário da Segurança, o afastamento dos responsáveis por uma medida que não cabe mais no Brasil de hoje!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, contando com a solidariedade irrestrita dos companheiros — não para comigo e para com a minha proposta, mas, para com o processo democrático brasileiro, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença em Plenário do Dr. Euzébio Rocha, que foi constitucionalista de 1946, e ex-Deputado Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, Seção de São Paulo; o mesmo é autor do Substitutivo da Lei n.º 2004, que garantia o monopólio estatal do petróleo à PETROBRÁS.

Esta Presidência registra também, com satisfação, as presenças dos Srs. Júnior Giongo, vice-Prefeito de Pranchita, e Waldemar Starke, Presidente do PMDB de Pranchita.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com grande satisfação que registramos a presença no plenário desta Assembléia, do Professor Euzébio Rocha. Este registro faz-se necessário pelo valor que este homem representa para o nosso País. Cidadão de raro talento, demonstrado em todas as missões por ele desenvolvidas. Euzébio Rocha se destacou na sua vida parlamentar como Deputado constituinte em 46 e depois como Deputado Federal eleito pela legenda do PTB.

Sua vida pública sempre foi pautada pela atenção aos assuntos de magistral interesse à segurança e à garantia da soberania da nossa Pátria.

Prova desta atenção, é o projeto de sua autoria, que criou a Comissão Nacional de Energia Atômica, regulando o comércio de terras raras e minérios radioativos. Mas o patriotismo, a determinação constante na defesa intransigente de nossos interesses, fez mais uma vez Euzébio Rocha a sua brilhante atuação parlamentar, apresentando um outro projeto, de valor inestimável para o nosso País, projeto que fixava em termos precisos o monopólio estatal do petróleo.

Mesmo sem mandato parlamentar, o brilhante líder se colocaria sempre à frente, para defender os interesses de nossa terra.

Lembro-me de sua atuação como professor de Economia. As suas aulas eram sempre abrihantadas por demonstrações sérias e preocupadas com a situação que o País atravessava, e isso, Senhor Presidente, em pleno auge o advento do Decreto-lei 477.

Euzébio Rocha MINISTRAVA AS SUAS AULAS E NO MEIO DAS AULAS, parava para criticar o regime e o sistema, indo em defesa dos alunos, indo em defesa da redemocratização deste País, bandeira que sempre foi a sua, bandeira que sempre carregou para libertar este País do monopólio do capital estrangeiro.

Hoje, o ex-Deputado Euzébio Rocha, caminha este País de Norte ao Sul, do Iapó ao Chuí, ministrando palestras nas diversas faculdades e universidades de nossa terra, e para que se tenha uma idéia da preocupação deste homem, eis alguns temas de suas palestras:

Raízes históricas da luta pelo petróleo; primeira descoberta efetiva do petróleo no Brasil; as pressões internas das multinacionais do petróleo; as conseqüências nacionais; o estatuto do petróleo e outras tentativas de liquidação da legislação nacionalista; pressões norte-americanas; clube militar; Getúlio Vargas e Café Filho e implicações na vitória do monopólio estatal do petróleo e participação econômica e política salarial e modelos dependentes; a interdependência entre os países e indesejável comportamento de dependência externa; contrato de risco para o Brasil; não há risco nos contratos de risco; os contratos de risco serão inconstitucionais e ilegais.

Libertemos a PETROBRÁS, restabelecendo o monopólio estatal do petróleo, como condição de uma condição petrolífera nacional, voltada para os interesses do nosso povo.

Por tudo isso professor Euzébio Rocha, tenha uma feliz estada no nosso querido Estado do Paraná e se a sua luta continua, continue em defesa dos interesses do nosso Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago a esta tribuna no "Jornal da Manhã", de Ponta Grossa, na coluna — Opinião — do jornalista Adail Inglês o seguinte artigo: (Lê)

#### "O LEGISLATIVO QUE DIMINUI O PARANÁ

Ainda outro dia, por ocasião da realização do "Forum de Debates", na Assembléia Legislativa, um deputado estadual do PMDB lamentava, numa entrevista a uma emissora de televisão, a falta de representatividade política do Paraná, em relação ao Brasil, esquecido de que essa representatividade é proporcional ao respeito que nossas instituições políticas fazem por merecer, no desempenho que exercem das obrigações que possuem para com o Estado, e seu povo, sem nos esquecermos da responsabilidade para com a Democracia, cuja obra é tarefa de todos, particularmente dos que, pela legitimidade do voto, tem o dever

de representar a opinião pública.

A semana que passou constitui, com certeza, um marco preocupante da responsabilidade de nossos homens públicos, que integram e compõem a Assembléia Legislativa, exposta que foi a acontecimentos deploráveis, que diminuem o Paraná e envergonham o seu povo, na medida que alguns de seus membros, indiferentes a gravidade do momento presente, se prestam ao discurso pequeno e inconseqüente, transformando o plenário daquela Casa, que todos desejamos cenáculo da competência e da seriedade políticas, em picadeiro de homens valentes, cuja valentia, ao contrário de outros tempos, não mais é medida pela grandeza de valores morais e intelectuais, mas pela estúpida demonstração da força bruta e por uma incontida falta de educação, com o emprego de expressões impubescíveis, como se isso fosse aceitável, partindo de uma autoridade, que, por dever maior, teria que manter uma compostura, em sinal de respeito, ao menos, ao ambiente a que pertence.

A questão, pela sua gravidade, não comporta advertência isolada a um ou a outro partido político, uma vez que todos os dois, os únicos representados na Casa, se encontram envolvidos, por ação ou por reação, a essa lastimável decadência que o Paraná inteiro assiste à dignidade de seu Poder Legislativo. Se os dois partidos, PMDB e PDS, estão a contribuir para esse empobrecimento de nossa classe política, por dever de justiça é importante que se diga que nem todos os deputados comungam, ou participam, dessa agressão que arranha a imagem do Palácio 19 de Dezembro, o que preocupa ainda mais, pela contradição que existe em estar uma maioria, que se acredita consciente e responsável, a permitir que uma minoria, apaixonada e despreparada com certeza, possa transformar a "Assembléia num ambiente que compromete o preceito constitucional de independência do Legislativo, consentindo no seu funcionamento, a presença de policiais, à paisana, pertencentes ao quadro do Poder Executivo, numa evidente amostra do grau que as tensões assumiram, um que o próprio corpo de segurança da instituição deve ter sido julgado ineficiente para preservar a ordem, que o comando da Casa não tem conseguido.

A alternância dos partidos políticos no Poder é a prática mais salutar que o regime democrático consagra, pela oportunidade que enseja a que novas idéias, que fazem renascer esperanças, possam corrigir eventuais distorções de entendimento diverso de um partido diferente, anteriormente no Poder. Essa alternância, contudo, não pode trair a confiança do povo, sob pena de um comprometimento da própria ordem democrática, por iniciativa de uma minoria, que provoca e desafia a ação da maioria e da própria autoridade daquele que, por dever constitucional também, há que fazer prevalecer o respeito às leis, para que as instituições não se desmereçam ante o palavrão mal-educado e às ameaças e insinuações de um tiroteio, de conseqüência imprevisíveis.

Não podem os partidos ser responsabilizados por esses momentos de afronta à dignidade do Poder Legislativo do Paraná, porque não é justo desconhecer-se, dentro das duas legendas, figuras as mais honradas e respeitáveis, que não merecem a decepção da opinião pública, pelos fatos ocorridos, pela própria incapacidade em praticá-la, dada a formação e consciência do compromisso que possuem com a instituição, que a integram, com o povo, que representam, com o Estado, a que servem.

Daí, esperar-se um comportamento mais enérgico do presidente da Assembléia Legislativa, tanto no resguardo de sua própria autoridade, quanto em evitar que os bons deputados sejam vitimados, pelo roldão dos acontecimentos, surgindo para a opinião pública o quadro injusto do nivelamento por baixo.

Enquanto isso não ocorrer, nenhum deputado estadual terá autoridade suficiente para se queixar da falta de representatividade política do Paraná, em termos de Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa necessita ocupar o seu espaço porque o Poder Legislativo castrado em suas prerrogativas, tornou-se com raras exceções em mero aprovador de leis.

Por esta razão, para que a Assembléia Legislativa possa se fazer presente nos acontecimentos da sociedade e possa participar dos eventos que reclamam a participação dos partidos políticos para que a Assembléia Legislativa possa se antecipar aos fatos, oferecendo sugestões para a sua amenização, propomos, no dia de hoje, nesta Casa, projeto de resolução para a criação, para a constituição de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos.

Estamos vivendo indubitavelmente um clima que nos conduz à abertura, que nos conduz à democracia. E a democracia, além da interdependência dos Poderes, exige a participação efetiva dos Poderes na representação popular. Por isso é que na tentativa da criação de uma Comissão Permanente em defesa de Direitos Humanos, o nosso objetivo é de que a Assembléia através de seus Pares, imbuídos da melhor vontade de participarem na defesa intransigente e de direitos feridos, se faça presente com outros órgãos da sociedade, e possa oferecer ante os fatos uma visão mais ampla para amenizar as dores dos nossos semelhantes.

Para justificar a necessidade de estarmos presentes no dia-a-dia da coletividade, modestamente queremos trazer à discussão deste plenário um assunto que se sobrepõe aos partidos políticos, pois se reveste da gravidade necessária para que todas as correntes representativas da vontade popular num esforço comum ofereçam a sua contribuição.

O assunto que pretendemos abordar e para o qual gostaríamos de contar com a participação das duas bancadas, é uma análise sobre o sistema carcerário do nosso Estado, e finalmente a formalização de sugestões que possam ser úteis para a reformulação do referido sistema.

A pena sempre foi definida como uma terapêutica de recuperação. A constatação da verdade, no entanto, nos mostra outra realidade. Os presídios do Paraná e do Brasil estão transformados em verdadeiras fábricas de neuroses e explosões das mais violentas. Para podermos analisar as deficiências do sistema carcerário do Paraná, poderíamos iniciar analisando a atual capacidade de lotação dos presídios.

Este levantamento realizado em 14 de março, logo após o motim acontecido na Penitenciária de Piraquara, nos mostra que a Penitenciária Central do Estado possui o número de 550 vagas e tem uma lotação de 789 detentos. A Prisão Provisória de Curitiba tem uma capacidade de 350 vagas e conta com uma lotação de 887. A Prisão Feminina tem 40 vagas e tem uma lotação de 59 detentas. A antiga Prisão Feminina, que possuía 300 vagas, possuía 70 detentas, hoje desativada; a colônia Penal Agrícola, com capacidade de 300 vagas, possui uma lotação de 196; e o Manicômio Judiciário, que possui 211 vagas, possui uma lotação de 290 detentesos.

A Penitenciária Central do Estado é composta de 11 galerias, com 50 cubículos em cada galeria. Totalizando, portanto, uma capacidade operacional para 550 internos.

Existe, no entanto, antes da revolta dos presidiários em Piraquara, 1105 internos, o que vale dizer que há um excesso populacional de 555 detentos em uma única das casas de detenção da cidade de Curitiba.

Na época do levantamento, em cada galeria era o seguinte o número de internos sem beliches: na galeria 1, faltando 2 beliches; na cinco, 46; na sexta 44; na sétima galeria, 100 beliches em falta; na nona, 4 beliches; na décima galeria, 4 beliches. Totalizando, portanto, 300 presos dormindo no chão.

Deve-se retirar do convívio da sociedade todos aqueles

que, nefastos à vida da sociedade, tragam intranquilidade. Mas, no entanto, é importante que o Estado, detendo os indivíduos, forneça as mínimas condições para sua recuperação para uma vida decente, para que possa, dentro da penitenciária, se recuperar e se reintegrar na sociedade.

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O seu pronunciamento retrata a real situação em que vivem nossos presídios. Mas causou estranheza a este Deputado que, acompanhando o Secretário da Justiça, Deputado Sabino Campos, Deputado José Antônio Fonseca, juntamente com o Secretário do Interior Nelton Friedrich, foi feita uma vistoria, caminhamos pelas galerias e constatamos a precária situação em que se encontram os nossos presidiários, aquela verdadeira fábrica de marginais, aquela parafernália que transforma pessoas boas em verdadeiros criminosos.

Ficamos espantados, nobre Deputado, quando no presídio da administração, descendo para o porão, encontramos as instalações de uma luxuosa sauna instalada no Presídio do Ahu, em Curitiba. Conversando com funcionários, eles nos informavam que aquela sauna tinha sido adquirida na gestão do Secretário da Justiça, Octávio Cesário Júnior. Uma sauna adquirida com dinheiro do povo, com a verba desviada, que era para ser destinada para a melhoria, para comprar estes beliches que Vossa Excelência está relatando que estão faltando nesses presídios. Este dinheiro foi desviado para a construção desta sauna para meia dúzia de funcionários, diretores daquele presídio, se deliciarem nas maravilhas que fornece uma sauna.

Tenho aqui um documento no qual está relacionado o material que fazia parte desta sauna. Cito só alguns para Vossa Excelência ter uma noção de quanto avultava este dinheiro. Uma caldeira elétrica, Climaterm, tinha mais uma caldeira horizontal, Climaterm, equipamento para ducha escocês, vibrador Climaterm. Então vejam, hoje a situação em que se encontram os nossos presídios, os nossos presidiários. E nós do PMDB, o nosso Governador José Richa, está recebendo esta triste herança de uma administração irresponsável, de uma administração que corrompeu, que desviou verbas - e aqui tenho um documento que comprova esta realidade. E é esta a herança que estamos recebendo hoje. E muitas vezes, ficamos indignados, quando Deputados do PDS cobram do PMDB, soluções imediatas, para casos tão complicados, como é o caso do presídio, do nosso Estado.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço a contribuição do Deputado Sérgio Spada.

Iria, além, Deputado, acredito da necessidade de que os funcionários, a direção, tenham também na penitenciária, uma condição de conforto para que possa desfazer as suas preocupações e as suas tensões diárias, contudo desde que tivesse verba destinada no Orçamento, sem desvio das verbas destinadas às penitenciárias.

Porque enquanto o nobre Deputado coloca uma sauna moderna naquele presídio, a relação fornecida pela associação ASAS ESPORTE CLUBE, que representa os reclusos de Piraquara, nos mostra uma realidade bem pior.

Encontra-se aquela Penitenciária em total abandono, com sérios problemas de instalação elétrica, hidráulica, sanitários e esgotos. Falta de vidros nas janelas, com forte corrente de ar. Falta de renovação da pintura, reparos nos telhados, reforma de beliches e até falta dos mesmos em muitas celas. Detetização geral da unidade, pois que as ratazanas infestam galerias e corredores; falta de material de limpeza, higiene e cuidados pessoais. Mas o que nós queríamos colocar, que infelizmente acontece no sistema carcerário brasileiro é a falta que se dá para o trabalho do detento; é a ociosidade que se cria naqueles que aprisionados, não encontram na prisão um momento para

poder desenvolver atividades que lhe possam dar lucratividade enquanto encarcerados, para suprir as necessidades de suas famílias.

E não lhes permite uma adaptação de trabalho, para o reingresso na sociedade. E os presídios têm; os presídios deveriam ter equipamento que favorecesse a esse trabalho do preso. No entanto, a falta de recurso, a falta de assistência e de vontade, faz com que os presídios se transformem em meros currais de homens desenvolvendo suas neuroses e suas explosões, quando poderia lá dentro, recuperar o indivíduo para a sociedade.

E poderia lá dentro, o preso desenvolver uma atividade profissional, que ajudasse inclusive a suprir os gastos do Estado.

Prezados Deputados, os setores de trabalhos reivindicados pela ASAS nos diz por exemplo, da necessidade de implantação de novos setores que possam trazer redobrados ânimos e motivação à população carcerária; preparando-o para a vida normal e proporcionando-lhe uma profissão ou ofício. O maior problema é que falta o incentivo pecuniário, falta a valorização da mão-de-obra muitas vezes especializada. O valor atual do dito pecúlio não serve nem para adquirir uma carteira de cigarro. Notem bem, Srs. que o prisioneiro recebe no cárcere, levantamento feito após a revolta do presídio, a insignificante ajuda de - variando entre - 100 a 500 cruzeiros por mês, para ajudar o seu trabalho, pelo trabalho que presta dentro do cárcere.

A mercearia, a carência de máquinas e utensílios, e também de material para o trabalho, poderia ser industrializado para atender as necessidades do Estado, na confecção de carteiras escolares, escrivatinhas, estantes e armários.

Esta comissão que pretendemos criar nesta Casa, poderia fazer um levantamento dos gastos do Estado, por exemplo, na Fundepar, na Secretaria da Educação, para levantar os gastos do Estado com carteiras escolares, com armários escolares, com material necessário para o ensino, que poderia perfeitamente ser feito dentro dos presídios, usando os presos, dando-se uma profissão e dando-se mais uma remuneração para este trabalho, para que as suas famílias pudessem sobreviver condignamente, quando o chefe está no presídio.

O Sr. Aníbal Khuri— Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência está debatendo, está trazendo ao conhecimento desta Casa e ao conhecimento do povo paranaense, talvez o maior problema que se defronta o Paraná de hoje, o sistema penitenciário, totalmente falido, arcaico, desumano, que não recupera preso, pelo contrário, desperta no presidiário, ainda maior crueldade.

Por isso, quero, desde já, dar o apoio à Comissão permanente que se pretende instituir nesta Casa, e dizer a Vossa Excelência com absoluta convicção, que este é um problema difícil e admiro a coragem de Vossa Excelência em trazer este problema, porque não traz voto, é um problema quase que insolúvel, mas alguém precisava dizer com absoluta franqueza o que realmente está acontecendo no Paraná.

Congratulo-me com Vossa Excelência pela sua coragem.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço, Deputado Aníbal Khury, e tinha certeza que não poderia ser outro o procedimento desse ilustre e experiente Deputado, mas não nos preocupa se essa matéria dá voto ou não. Preocupa-nos o cumprimento de uma obrigação como Deputado, de representarmos aqueles que, não tendo voz e não tendo direitos, são seres humanos encarcerados e necessitam de um trabalho e de uma atenção redobradas por parte da sociedade, mesmo porque, a readaptação desses homens é um perigo a menos para a coletividade.

Mas, continuando nas possibilidades que nós vemos, de ocupar devidamente os homens encarcerados: a tipografia, - e isto é reivindicação da "ASAS", que representa como já dis-

semos anteriormente, os detentos de Piraquara. Na tipografia precisam reformar as máquinas impressoras, pode duplicar o número de trabalho e aprendizes, poderia melhorar o sistema penitenciário, reivindicando uma verba considerável que poderia ser melhor aplicada. A sapataria encontra-se praticamente desativada por falta de máquinas e material, há possibilidade de industrialização total podendo fabricar e fornecer calçados para todas as unidades penais do Estado, inclusive para comercializar com revendedores e lojas. A alfaiataria está no mesmo Estado. O artesanato - acho importante o levantamento do artesanato. Está com falta de máquinas, utensílios e materiais, poderia ser industrializado, atendendo as pequenas e médias indústrias em madeira desta Capital e adjacências, mas, mais do que atender as indústrias, o artesanato feito dentro dos presídios, em brinquedos de madeira, poderia, Srs. Deputados, fabricar, lá dentro, brinquedos baratos para as crianças pobres deste Estado, que, vendo chegar o dia do Natal, trazem a desdita de seus pais não poderem comprar-lhes um brinquedo sequer, devido a industrialização que encarece, cada vez mais, o custo dos brinquedos das crianças, E como seria importante que as camadas de mais baixa renda, pudessem adquirir, por preço mais em conta, o brinquedinho de madeira para o seu filho, e, estaria se valorizando a mão-de-obra do encarcerado, propiciando-lhe, através do trabalho, a sua recuperação, o seu gosto pela vida, a possibilidade de, em saindo de lá, ter uma profissão para que pudesse viver e subsistir com ela. As oficinas de bolas poderiam fabricar bolas para serem vendidas no comércio, incentivando o esporte. O setor de eletricidade, poderia ser equipado para que os detentos pudessem fazer o conserto de pequenos objetos, de pequenos eletrodomésticos, trazendo-lhes renda. A horta interna, atuada decentemente, traria legumes e hortaliças para a alimentação dos detentos.

Mas, o que acho importante e gostaria de colocar aqui - vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a colocação feita pela ASAS Esporte Clube que representa esses detentos:

Assistência Judiciária - há necessidade premente de uma assistência jurídica efetiva, para resguardar os direitos dos reclusos, sem a morosidade atual, pois no mínimo, atendem para esse detalhe, pois no mínimo, vinte por cento da população carcerária tem condições legais e já poderia estar em regime semi-aberto de trabalho externo, aberto de prisão-albergue, ou livramento condicional. Esse problema se resolveria, com a contratação de acadêmicos, é um problema que afeta diretamente os reclusos, causando-lhes prejuízos e conspurcando todo o sistema penal.

Srs. Deputados, se, nós, quando analisamos a situação dos cárceres, a superlotação das cadeias, chegamos à conclusão que, todas elas estão com excesso de detentos, e vemos que, grande número de detentos que se encontram nas prisões já possuem condições legais para estarem em liberdade. Mas que sistema é esse que condena uma pessoa, joga num cárcere e esquece a sua condição humana porque nem nos fichários conta o tempo que essa pessoa poderia requerer a sua liberdade condicional, que, não o coloca em liberdade para voltar ao convívio da sua família, deixando-o dentro da penitenciária, solto ao seu destino, ele que, sem condições econômicas não pode contratar uma assistência jurídica para reivindicar o seu direito?

O Sr. Artagão de Mattos Leão — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência nos traz hoje, um assunto muito sério, um assunto que atinge a todos nós e estamos interessados em melhorar as condições de nossos semelhantes. Vossa Excelência como um grande Deputado e como um excelente advogado, nos traz um retrato fiel do sistema carcerário porque passa o nosso Estado. Mas o interessante, nobre Deputado, é que, Vossa Excelência não traz apenas denúncias, Vossa Excelência, demonstrando mais uma vez a sua tenacidade, a sua vontade de realmenteaju-

dar, traz, também, soluções, e isto, nobre Deputado, nos deixa realmente satisfeitos, por vermos que nesta Casa discute-se também, problemas sérios, problemas de interesse social, que, os Deputados do PMDB vêm a esta Casa não somente denunciar, mas vêm também, propor soluções. Gostaríamos, nobre Deputado Caíto Quintana, de deixar, neste momento, a Vossa Excelência as nossas congratulações. Vossa Excelência demonstra, mais uma vez, que veio a esta Casa com o intuito, com o interesse de contribuir realmente por soluções, nos dando soluções a problemas sérios que nos afligem e que afligem toda a sociedade paranaense.

Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Obrigado Deputado Artagão de Mattos Leão e gostaríamos também de, nesta análise do problema do cárcere no Paraná e no Brasil, mais especificamente no nosso Estado onde temos condições de oferecer melhoria, de oferecer sugestões de melhoria e recuperação do detento, lembrarmos quantos direitos humanos são feridos, conforme relatório da OAB, por ocasião da vistoria dos presídios, lembrarmos uma vez mais nesta Casa, uma frase, uma definição, que já nos foi trazido aqui pelo Deputado Anibal Khury, de filósofo alemão Arnold Rademacher que diz que “tensão é a ação mútua de forças”. Para que exista tensão é preciso que as forças sejam opostas, mas não do mesmo gênero. A oposição não deve ser de hostilidade, mas sim de polaridade.

O que encontramos no sistema carcerário, é que não há classificação dos presos. Colocam-se até menores juntos com bandidos da pior espécie. Coloca-se homicidas primários com réus contumazes, vive-se constantemente dentro do presídio, conspurcando a moralidade daqueles que têm uma vida decente e uma formação moral capaz de ser recuperada.

Então, quando vemos a contraposição do detento com o policial, despreparado muitas vezes para oferecer ao preso a sua recuperação; quando vemos o sistema carcerário do Estado preocupado única e exclusivamente na guarda do preso, na vigilância para que ele não fuja, e tão pouca coisa é feita para a sua recuperação, quando vemos que direitos elementares são pisoteados, porque não estamos preocupados na recuperação do detento. Estamos preocupados única e exclusivamente em mantê-lo afastado da sociedade. É que concordamos plenamente com as sugestões que foram feitas pela Vara de Execução Penal e Corregedoria dos presídios do Estado, que é necessário e urgente no Estado do Paraná, que se construa presídios de regime fechado nas principais regiões do Estado para que os presos das regiões agrícolas, por exemplo, como a nossa do sudoeste, aonde pelo temperamento violento mais interiorano, muitas vezes, do homem que lá mora, levado pela emoção, acaba matando um semelhante, mas traz dentro de si ainda, a formação cristã, não seja misturado com presos de alta periculosidade, porque daí ele será um revoltado, um homem incorrigível.

Estabelecer melhores condições às delegacias do interior, não só para fornecer uma posição condigna aos seus presos, mas também para dar cumprimento às disposições das Resoluções 2 e 3/77 do egrégio Tribunal de Justiça. “Realçar a laborterapia em todas as unidades penais, incentivar os movimentos religiosos, promover programas de educação e saúde, dotar o sistema deficiente e serviço jurídico, médico psiquiátrico e serviço assistencial às famílias carentes de seus internos, preparando-os para o reingresso na sociedade. Queremos também levantar outro ponto altamente importante na vida dos presídios que não é cumprido, que é a possibilidade de visitas íntimas dos familiares ao homem preso. Direito reconhecido no Estatuto Penitenciário de 74 até hoje não foi colocado em prática. Mais do que um direito é uma necessidade fisiológica e humana dos presos. Uma concessão que dentro das normas de terapêutica penal viria contribuir para recuperação social e diminuir as ano-

malias comuns, que deturpam as finalidades dos sistemas penitenciários, a vida lá fora é feita de trabalho, família e sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado. Conceda-lhe um minuto para concluir a sua oração.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Para concluir, quero finalizar com a frase de Cals Renner: “sejam quais forem as causas próximas dos cárceres, e do sofrimento de seus inquilinos, a causa verdadeira e última é a culpa da humanidade desde o princípio. É a culpa que prolifera nos pecados dos indivíduos e que se encarna aos olhos, na miséria, na doença e na desgraça.

Por conseguinte, o que chamamos de cárceres e prisões, constitui na concepção cristã da existência, simples células individuais e sensíveis daquele enorme calabouço, ao qual a sagrada escritura dá os nomes de mundo, século presente e mundo que está sob o jugo do maligno.

Encerrando este pronunciamento, gostaria uma vez mais de solicitar aos companheiros desta Casa o apoio de constituição de Comissão de Direitos Humanos para que possamos juntos trabalhar em defesa dos interesses daqueles que não têm seus direitos reconhecidos.

Nesta análise dos sistemas carcerários, poderemos levantar outros tantos problemas de pessoas desassistidas como os menores carentes e tantos outros que proliferam na vida, sendo homens propensos, no futuro, estarem encarcerados aumentando a população carcerária de nosso Estado.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado às Lideranças, concedo a palavra ao PMDB, ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, por 10 minutos.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O direito brasileiro assegura a todo cidadão acusado de prática de ato anti-social, o direito de defesa. Quando é acusado afirmativamente pela imprensa da prática de ato que não praticou, tem assegurado pela Lei nº 5.250, da Imprensa, o direito sacro santo de contrapor a sua versão para que o povo afira a conclusão exata do episódio ocorrido. Todavia, em desrespeito profundo à Lei de Imprensa do Paraná, o Sr. Paulo Cruz Pimentel, diretor do jornal “O Estado do Paraná”, ao acusar em editorial do dia 30 de abril, e ao receber de nossa parte desmentindo as afirmações contidas no editorial, revidou com insultos mais uma vez a pessoa deste Deputado não lhe assegurando o sacro santo direito assegurado pela Lei de Imprensa de auto defender-se.

Por conseguinte, uma versão recente deste último domingo, os novos massacres do Sr. Paulo Pimentel, acostumado a malversar as palavras verdadeiras, vou ler o texto repudiado para não publicação pelo Sr. Paulo Cruz Pimentel, sob alegação de que era um linguajar de 5a. categoria, arvorando-se intrusamente num meio dos senhores deste Brasil, já que nós estamos sufocados e super esgotados dos senhores brasileiros. Hoje, surge na imprensa brasileira e paranaense um novo sensor, o Sr. Paulo Cruz Pimentel, que nos censura e não nos deixa o direito, não deixa ao leitor o direito dele mesmo fazer o seu próprio julgamento. Se o linguajar é de botequim de quinta categoria, é porque cidadãos e Deputados, eu sou um homem do povo e o meu linguajar é simples, é direto, é franco e é leal. O meu linguajar não é o linguajar do Dr. Paulo Pimentel que é um linguajar do “sosaitesco”, do burlesco, e do homem da nata econômica, que burla o pobre e massacra o trabalhador brasileiro e paranaense, principalmente.

Lerei o meu linguajar de boteco para os que aqui estão e para que conste a humildade deste Deputado na expressão mais lídima do linguajar do povo.

Dizia eu: Sr. Paulo Pimentel: (Lê).

"Estava faltando a vítima de forma concreta, em carne e osso, que pudesse avalizar a verve criativa de um certo setor da imprensa paranaense, sempre pronto a atacar e a tentar desmoralizar sem provas, sem embasamento, pessoas e instituições, sob o ritmo único das conveniências políticas do dono da empresa. Estava faltando o João do Airton e agora do Paulo. O João manipulado, instrumentalizado, utilizado pelo Deputado Airton Cordeiro, para lhe dar sustentação política, quando afirmava que o Governador José Richa, através da política do Estado, havia ameaçado os desempregados.

Pobre Deputado Airton, a base de sua acusação era o pobre do João, não o comitê dos desempregados que desmentiu o João.

O João virou bode expiatório, herói, líder, inspiração, documento e a voz de oposição que faltava ao PDS.

João, o incógnito João, virou manchete e editorial. O comitê dos desempregados ganhou as ruas em busca de apoio e de ajuda da população, para amenizar o seu drama. Não foi manchete. Não foi editorial.

O editorial de sábado último, dia 30 de abril, titulado "O ERRO DO JOÃO", eleva a figura desse cidadão sem identidade a "representante máximo do sofrimento dos desempregados, dos desvalidos, dos sem vez e sem destino", e acusa a Assembleia e os Parlamentares do PMDB, de TORTURADORES, esquecendo que a história da repressão no Brasil é recente para o povo não saber de que lado estão os seus algozes.

O editorialista esquece que foi o PDS quem assassinou um Vladimir Hergoz, um Manuel Fiel Filho, e torturou um Valter Peccits, todos indenizados pela União, levada pela justiça a admitir sua culpa: o editorial esquece de Juvêncio Mazzarollo, jornalista encarcerado e esquecido por sua própria classe. Tenta criar a primeira vítima do PMDB, agora Governo, procurando esquecer o nome dessas, e milhares de outras vítimas fabricadas pelo PDS.

Para isso não se peja em publicar ofensas contra esta Casa e os representantes legítimos do povo, os deputados eleitos pela oposição. Não se acanha em mentir quando disse que este Deputado ofendeu o seu "afilhado" João Soares com agressões verbais, o qual, para se defender, partiu para agredi-lo, sendo contido pelos guardas de segurança.

O Sr. Paulo Pimentel e seus órgãos de imprensa tentam inutilmente iludir os leitores, jogando agora com o pobre do João, enfermeiro sem carteira de trabalho, "sem lenço e sem documento". O PDS está fabricando um João Airton Cordeiro Pimentel Soares que sequer sabe explicar quem realmente é e o que deseja. Mas que sabe ameaçar de morte deputado; sabe provocar deputado, que sabe partir prá cima de deputado, que lhe exige respeito ao Poder Legislativo. Um João que sabe ser mal agradecido para com o único Governo que, diretamente, lhe matou a fome, embora por poucos dias, segundo declaração do próprio João.

Ainda bem que resta a este Parlamentar acusado pelo editorial do jornal "O Estado do Paraná", o direito de fazer uso da Lei nº 5250 de Imprensa, que nos dá o direito de resposta, através do artigo 29, que diz: toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou identidade pública, que for acusado ou defendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito ou meios de informação e divulgação vinculem fato inverídico ou errôneo, tem direito a resposta ou ratificação.

Melhor seria, para todos nós, para toda essa gente que com a crise do desemprego, que se não precisasse fazer uso de "João", de discursos e de respostas a ofensas publicadas. Que todos estivessem, cada um em seu setor, em seu lugar, lutando fraternalmente para minimizar os graves problemas que assolam nossa Nação.

O direito de resposta é uma forma de atuação democrática

à qual não está acostumada essa empresa jornalística, provando que, ao invés de informar, os jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná" estão preocupados em patrulhar e exercer censura a todos aqueles que não tragam algum benefício político ao seu proprietário.

A coluna "Austeridades", de "O Estado do Paraná" publicada dia 8 último, diz que "falta classe ao Deputado Osvaldo" e que "sua carta está vasada em termos miúdos, em linguagem de boteco de quinta categoria". Ora, quem teria de julgar a classe e os termos da carta, em resposta ao editorial "O ERRO DO JOÃO", de 30/04/ publicado pelo "O Estado", seria tão somente o leitor, infelizmente boicotado autoritariamente pelo proprietário do jornal, que não a levou a público.

E se agiu assim é por que não tem como respondê-la.

Afinal, só posso chamar de mentiroso quem não tem como provar o que diz. No momento em que seus jornais puderem apontar uma só das agressões verbais que me foram atribuídas contra o tal do João, eu não terei pejo em reve as minhas declarações.

Agora, quanto a solicitar minha folha de trabalho, ela está à disposição de "O Estado do Paraná", com muito orgulho. Assim como é orgulho o que sinto pelo sobrenome Alencar Furtado que carrego e que me elegeu sim, porque o povo paranaense conhece o trabalho realizado por minha família. E posso afirmar que mesmo emancipado, cumpre que necessito, de acordo com o meu bom senso, recorra a conselhos de meu irmão José Alencar Furtado.

Todavia, quando dizem que eu disse o que jamais imaginei dizer; ou quando fazer do meu nome uso indevido e falsificado não necessito recorrer a conselhos de quem quer que seja para rechaçar os pregoeiros do embuste e da mentira.

Desejaria dizer ao Sr. Paulo Pimentel, que seria de muito mais utilidade para todos nós, para os paranaenses, que seus órgãos de imprensa se preocupassem com temas de seriedade, com os problemas graves de nossa Nação, ao invés de ficar inventando pecuinhas e tentando "sujar" o nome de Parlamentares sem lhes dar ao menos o direito de defesa.

Porque isso não condiz com a máscara de imprensa responsável e preocupada com o bem-estar de nosso povo, com a imagem de "fiscalizadora" de homens públicos e da administração de nosso Estado.

De tanto insistir na mesma melodia, o leitor vai começar a desconfiar, Sr. Paulo Pimentel. Vai perceber que está sendo usado, sendo boicotado, que não está sendo informado mas sim servindo de brinquedo para interesses escusos.

Se seus órgãos de imprensa pedem maturidade, respeito e educação por parte dos homens que governam este Estado, devem dar o exemplo, agindo da mesma maneira. Daí sim poderemos partir para uma relação governo-imprensa sadia e produtiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado ao PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, por 18 minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Liderança do Governo vem esclarecer os Srs. Deputados sobre a medida do Sr. Governador do Estado, que determinou hoje pela manhã ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública.

Lamentavelmente o setor da Secretaria da Segurança Pública sem qualquer autorização e no total desconhecimento do Governo do Estado, enviou expediente ao Tribunal Regional Eleitoral, solicitando a relação de filiados de partidos políticos, do PT e do PMDB. O Sr. Governador do Estado determinou ao Sr. Secretário a imediata devolução de tal expediente e proibiu terminantemente a Secretaria da Segurança a requisitar qualquer informação sobre os partidos políticos.

Entendemos de que o protesto dos companheiros do PT foi legítimo e válido. Tanto que foi através dele que o Sr. Governador do Estado tomou ciência desta medida não só antipática, mesmo antidemocrática, que não pode persistir num Governo que se diz democrático, num Governo que se diz transparente.

O Governo é um agrupamento de homens que, em determinado momento, não pode ter a sintonia perfeita entre as determinações que realmente caracterizem a sua verdadeira democracia. Mas tão logo o Sr. Governador do Estado, como último responsável e o detentor do poder de decisão do Governo, tomou conhecimento dessa medida, imediatamente determinou ao Secretário da Segurança Pública, que retire do Tribunal Regional Eleitoral os pedidos que foram lá feitos, solicitando a relação dos filiados do PT e do PMDB.

Fica portanto esclarecido esse episódio. O Governo não se sente constrangido em ter que tomar esta atitude que desautoriza um dos setores do Governo, porque o compromisso maior é com a verdadeira filosofia do Governo, de ser um Governo democrático. Se um dos setores do Governo se equivocou, ou extrapolou de suas funções, fica corrigido com a palavra definitiva e última do Sr. Governador do Estado, que passa a exigir da Secretaria da Segurança Pública a devolução do Tribunal Regional Eleitoral, não permitindo, com isto, que se concretizasse isto que achamos que seria uma ofensa à ordem política e democrática do Estado.

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Vossa Excelência permite um aparte?

**(Assentimento)** — Agradeço a Vossa Excelência e gostaria de ratificar, deste meu aparte, o pronunciamento feito no Pequeno Expediente pelo Deputado Roberto Requião, que achei perfeito. Somente não pude apartear-lo, em função do Regimento Interno, e faço aqui o reparo, que queria fazer naquela ocasião.

Deputado Nilso Sguarezzi, Vossa Excelência pode justificar o ato. Mas nem toda a justificativa envolve uma explicação que venha convencer a todos. O aparte que queria dar ao Deputado Roberto Requião era justamente este. Acho até que dá para justificar isto tudo. Só que não aceito que um funcionário, que fez o tal pedido, venha a ser ele, apenas, o punido. Aí é uma responsabilidade do Sr. Secretário da Segurança Pública. Se não fica muito fácil. Nós todos temos aqui dito, talvez seja uma das dificuldades de comunicação entre a oposição de hoje, situação de ontem e hoje, situação do Governo, de justamente dados os detalhes feitos por funcionários. Fica muito fácil explicar que houve um equívoco e se desculpar. Acho que é de inteira responsabilidade não do Governador José Richa, que é responsável em última instância, é claro. Mas do seu Secretário de Segurança, pessoa aliás que nem conheço. Não vem ataque algum pessoal a Sua Excelência o Sr. Secretário de Segurança. Ele é, em última análise, o responsável por aqueles funcionários que nomeou a ajudá-lo a administrar a Secretaria.

É por isto que se fala em cargos de confiança. Este é o nome que se usa, porque tem a confiança daquela autoridade superior.

Aceito tudo o que Vossa Excelência diz pessoalmente. Não em nome de meu partido, para isto falará o nosso líder. Pessoalmente eu aceito. Só não aceito uma coisa e acho que o Paraná não deve aceitar, a responsabilidade desta atitude antidemocrática e tudo mais aquilo que já falou o ilustre Deputado Roberto Requião, é do Sr. Secretário de Segurança Pública. Se o Sr. Governador, Sr. José Richa quiser realmente colocar as coisas nos devidos lugares, deve substituir Sua Excelência, o Sr. Secretário da Segurança Pública.

Muito obrigado.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência mas acredito que Vossa Excelência está sendo injusto e pré-julgando o fato. A nossa bancada dará apoio ao requerimento do Deputado Roberto Requião, que terá o desdobramento deste fato, para que com o máximo de direito de defesa, com o máximo de possibilidade, para que realmente cheguemos nós, inclusive do Governo, que somos os maiores interessados, de saber realmente a quem cabe a responsabilidade e data vênua, discordo de Vossa Excelência, de que uma simples falta ou uma simples atitude anti-democrática de um determinado funcionário, de uma determinada secretaria, isto redunde no afastamento de um Sr. Secretário de Estado. Estaríamos adotando um critério muito rigoroso porque o que cabe efetivamente, como disse Vossa Excelência, é o cargo de confiança.

Se esse funcionário perdeu a confiança do Sr. Secretário de Estado, não leva automaticamente a induzir, de que o Governador do Estado tenha perdido a confiança no Sr. Secretário da Segurança, então me parece que o procedimento do Deputado Roberto Requião em requerer uma sindicância, para que realmente se apure a responsabilidade de quem praticou o ato que por todos aqui é recriminado, de que o Sr. Governador tomou a iniciativa de determinar o seu cancelamento, sim para concluir...

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** Só vão punir a dalilógrafa.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Deputado Gabriel Sampaio, acho que nós concordamos no principal, Vossa Excelência condenado como o Governo do Estado do Paraná condenou, tanto que cancelou. Vamos agora ver a responsabilidade de quem tomou essa iniciativa que o ato não chegou a ser consumado. Ficou uma mera tentativa. Há responsabilidade deste ato: é o objetivo do requerimento do Deputado Roberto Requião, para que nós também não cometamos uma injustiça. Porque o Governo é um aglomerado de mil e tantas pessoas. Não podemos punir um Secretário de Estado, se um funcionário, num gesto até impensado ou treslocado, tomar uma atitude que no fundo não chega a se concretizar. Ela não chega a se consumir. O Governo em tempo, teve o bom senso de cancelar essa atitude, coibir, reprimir, condená-la, formalmente. O Sr. Governador do Estado condenou.

Agora, cabe ao Governo - e será propiciada esta oportunidade, de realmente fazer uma sindicância. Esta Casa me parece, por unanimidade, vai solicitar e apoiar o requerimento do Deputado Requião.

Agora, nós estaríamos pré-julgando, pedindo a cabeça do Secretário de Estado por uma falta de um seu subordinado, estaríamos incorrendo também, por exemplo, em que um assessor seu, de gabinete, numa atitude impensada, colocaria o seu prestígio político, ou o brilhantismo do seu mandato Parlamentar. Acho que, data venia, o caso deve ser investigado para ver realmente a responsabilidade de quem é, de qual funcionário. Porque dentro das determinadas funções do Estado, há uma margem de competência de cada setor e de cada função. Extrapolando desta competência e desta função, o funcionário pode perfeitamente ser punido. Vamos ver se este funcionário tinha o poder, tinha a competência, realmente de fazer esse expediente, solicitando aquelas informações. No meu entendimento - e por isso o Governo não concordou com ela, aquele funcionário não tinha. E isto contraria uma filosofia do próprio Governo, que é um Governo Democrático. Acho que

isto pertenceu a um passado que todos nós queremos esquecer. Não pode mais haver este tipo de coisa. Isto sim, é realmente um patrulhamento, porque qualquer um do povo pode pedir a solicitação. Qualquer um. Isto é um direito constitucional, é um direito à informação. Podemos ir ao Tribunal Regional Eleitoral eu, como cidadão; qualquer um dos senhores, qualquer eleitor pode ir requerer, saber quem é filiado a determinado partido. Isto é um fato assegurado pela própria Constituição.

Então, quando este funcionário solicitou informação dos filiados do PDS e posteriormente, no dia 3, solicitou também do PMDB, este funcionário cometeu na verdade uma grande besteira. Isto, diga-se de passagem.

Entendo até que quando ele se apercebeu do primeiro erro, requereu do PMDB para tentar corrigir do segundo.

Agora porém pedimos a cabeça do Sr. Secretário de Estado, data vênha, não posso concordar com Vossa Excelência. O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Nilso Sguarezzi, o que discutimos, em tese, é justamente, Deputado, Vossa Excelência que já foi líder da oposição nesta Casa, e que teve oportunidade de viver os últimos oito anos em que o PDS era Governo tanto no governo do Sr. Jayme Canet, como do Sr. Ney Braga e Hosken de Novaes, quantas vezes, Deputado, erros cometidos foram justificados por nós desta forma, que o funcionário não tinha competência para decisões e tomou decisões. Quantas e quantas vezes Vossas Excelências nos crucificaram por erros desta natureza.

Não quero absolutamente, Deputado Nilso Sguarezzi, crucificar Vossa Excelência, porque nem tenho competência para isso, mas quero que Vossa Excelência tenha a memória reativada para entender o que é ser Governo, Deputado.

Vossa Excelência hoje ocupa até com certo constrangimento a tribuna desta Casa, para justificar o ato de um dos milhares de funcionários do seu Governo, da sua democracia participativa, e do seu partido, que Vossa Excelência representa nesta Casa e representa o seu Governo hoje.

O que queremos dizer, Deputado, é que um ato de uma autoridade de um homem que não tem a confiança de um Secretário de Estado, não pode ser restrito a sua personalidade pessoal.

Falei a Vossa Excelência, só para expressar melhor minha preocupação para não irmos punir datilógrafos. Porque o ato, e me permite Vossa Excelência, o ato foi consumado. Vossa Excelência é jurista dos mais eméritos e sabe disto. O ato foi consumado. O que não foi é a resposta consumada, o pedido feito. Não houve uma tentativa de se pedir. Não se articulou isso numa reunião, não vazou isso de uma reunião, que iriam tomar tal atitude e depois não a tomaram mais.

Foi feito um ofício pelo que eu sei e que Vossa Excelência também sabe, do setor competente da Secretaria de Segurança Pública, solicitando este patrulhamento que Vossa Excelência reconhece, dos homens que fazem parte do Partido dos Trabalhadores.

Portanto, acho que Vossa Excelência presta o seu papel nesta Casa. Agora, quero que Vossa Excelência reconheça que todos os erros dos governos anteriores, deste governo e dos futuros, sempre serão explicados, porque sempre alguém dos 100 mil funcionários do Estado é que fez. Fica muito fácil nos eximir de responsabilidades.

Acho que Vossa Excelência, talvez, não com as palavras que coloquei aqui, mas a responsabilidade é do Sr. Secretário de Segurança Pública, na minha opinião.

O SR. NILSO SGUAREZI — Devo dizer a Vossa Excelência que não estou constrangido, em absoluto, de vir à tribuna dar esta explicação.

Estaria constrangido se o Governo do Estado do Paraná, oficialmente, através do seu governador, tivesse endossado este ato. Em absoluto, sinto-me perfeitamente à vontade, porque isto

vem de acordo com a filosofia e com os princípios que defendemos aqui e que o Governador ratificou.

Então, não me sinto em absoluto constrangido. Sinto-me muito à vontade para defender a atitude do Sr. Governador José Richa, de vir aqui explicar a atitude que o governador tomou.

Antes de conceder o aparte ao Deputado Requião, só me resta dizer o seguinte, que o Governo do PMDB não tem nada que se preocupar com o comportamento dos partidos políticos. Defendemos o pluripartidarismo, mesmo que com os companheiros do PT hajam questões que nos coloquem no âmbito estadual em determinados momentos, em alas opostas, como foi o episódio eleitoral nas últimas eleições.

Mas, na causa maior, consideramos o PT um companheiro e um aliado nosso na luta para redemocratização. Como também achamos que esta luta pela redemocratização e pela conquista realmente, de uma verdadeira abertura, não é privilégio do PMDB, do PT, do PDT, mas acredito que isto deva ser em última análise, uma preocupação de todos os partidos. Do próprio PDS, do PTB, que agora ensaiam um acordo nacional.

Acho que efetivamente isto deva ser uma preocupação de todos aqueles que querem o pluripartidarismo autêntico, e nós, como Governo num Estado, não poderemos de jeito algum e não faremos isso, em policiar ou tentar amedrontar, ou tentar patrulhar outros Partidos que discordam de nós, quer ideologicamente, quer em aspectos da política estadual.

Concedo aparte ao nobre Deputado Roberto Requião. O Sr. Roberto Requião — Deputado Nilso Sguarezzi, pedimos ao Secretário de Segurança que suspenda de suas funções os funcionários responsáveis pelo expediente, abra sindicância e apure as responsabilidades.

A condenação do Secretário de Segurança por um ato do seu coordenador de informações, antes de estabelecida a sindicância, seria um ato igual ao do coordenador de informações ao solicitar a lista do PT ao Tribunal Eleitoral.

Se o Deputado Gabriel Sampaio tivesse recorrido aos conhecimentos jurídicos que auriu na Faculdade de Direito por tantos anos, teria evitado esse pré-julgamento e esta proposta que se irmana à proposta e ao ato do próprio coordenador de informações, que será condenado não só pelo nosso Partido, mas pela totalidade dos Deputados da Assembléia.

Tenho certeza que os próprios Deputados do PDS não condenariam o Secretário de Segurança, antes da abertura de uma sindicância, porque estariam cometendo a mesma barbaridade de seu coordenador de informações.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) O Deputado Roberto Requião, mais uma vez, tenta distorcer as minhas palavras.

O que eu quis dizer e repito a Sua Excelência o Deputado Roberto Requião, é que a responsabilidade maior do ato confessado desta tribuna por Vossas Excelências, pelo seu governo, como um ato anti-democrático, por um ato feito por um funcionário que não tinha autorização para tal, o que eu digo é que somente este funcionário não poderá ser responsabilizado, e sim a autoridade maior, porque são cargos de confiança, repito, onde a autoridade do Secretário é que escolhe, que determina homens de sua inteira confiança. Não poderá um fato desta gravidade — aí é que quero chegar — ser apenas sepultado por uma sindicância, onde se apure a irresponsabilidade que já está pre-julgada, porque foi realmente — e o próprio Deputado Roberto Requião reconheceu isso no Pequeno Expediente, e Vossa Excelência reconhece em nome do seu partido — não pode apenas ser levada a efeito encima daquele que pediu isso. É este o aspecto.

Absolutamente. A nossa palavra, hoje, não pode, de maneira alguma, ser assemelhada àquela praticada pela Secretaria de Segurança Pública, no Governo participativo do PMDB. O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, mas não posso concordar quanto a esta afirmação.

Se o Secretário não tinha conhecimento, quer me parecer que ninguém pode ser condenado por aquilo que não lhe cabe responsabilidade pessoal alguma. Acho que todos são responsáveis perante a lei. Mas é necessário se delimitar. Há no próprio princípio consagrado de direito, de dolo, de culpa. Mas, neste caso, acredito que lesão maior nenhuma ocorreu do que o ato, embora Vossa Excelência diga que o ato se consumou. Entendo que o ato não se consumou. Teria se consumado realmente, se as informações fossem obtidas do Tribunal Regional Eleitoral.

O que houve foi uma tentativa, isto sim, mas por iniciativa do próprio Governo, o ato não chegou a se consumar, e quer me parecer que a autoridade competente no caso, seria o Sr. Secretário de Segurança, e nós sabemos, antecipadamente, que não foi o Secretário que fez aquele expediente.

Cabe agora, então, um requerimento, ao qual pedimos aos companheiros da bancada do PMDB que apoiem, para que tenhamos o resultado da sindicância, e então teremos condições de fazer um julgamento.

Mas, condenar o Sr. Secretário, data vênia, me perdoe Vossa Excelência, é pré-julgar o feito, porque não foi ele que assinou o requerido.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

No horário da Liderança, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs Deputados.

Os brilhantes apartes do nobre Deputado Gabriel Sampaio, esclareceram a posição do Partido Democrático Social a respeito dos lamentáveis acontecimentos gerados na Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com relação ao Partido dos Trabalhadores.

Inicialmente, o PDS entendia que seria o único Partido a sofrer com o Governo democrático e participativo que se instalou no Paraná a partir do dia 15 de março. Depois, verificamos as perseguições aos componentes do PDT, que estão a denunciar as perseguições e discriminações que aquele partido vem sofrendo pelos eventuais ocupantes do Poder, e agora o Partido dos Trabalhadores também recebe a punição do partido governista do Paraná.

Querem saber quais os seus filiados. E por que, Sr. Presidente? Qual a razão que o PMDB, que a Secretaria da Segurança, do PMDB, alega para buscar os filiados ao Partido legitimamente constituído, o Partido dos Trabalhadores? Não se sabe, apesar das explanações do Líder e do Deputado Requião, não se sabe qual a razão que leva o PMDB, depois de perseguir os adeptos do PDS, depois de discriminar os do PDT, agora voltar o seu canhão poderoso também aos filiados do pequeno mas valeroso Partido dos Trabalhadores do Estado do Paraná.

Mais ainda, Sr. Presidente, há pouco, ouvíamos o Deputado Osvaldo Alencar Furtado lançando virulentas críticas contra o jornal "O Estado do Paraná" e o ex-Governador Paulo Pimentel, mas, como a "mentira tem perna curta", logo em seguida o Líder do PMDB, tentando justificar o ato da Secretaria da Segurança, vem a público nesta Casa, para falar a respeito do episódio do Partido dos Trabalhadores.

Como o Paraná ficou conhecendo, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, o "affaire" Partido dos Trabalhadores e Secretaria e política secreta do Governo José Richa? Através das páginas do jornal "O Estado do Paraná". Mais um serviço este jornal presta à democracia e aos partidos políticos do Paraná, quando denuncia em suas edições o malfadado ato de um Coordenador de um diretor de um serviço de informações do Governo José Richa. Por isso, eu mesmo agora respondo ao Deputado

Alencar Furtado que, mais uma vez, em falta com a ética parlamentar, fez referências a um eminente Deputado que não se encontra presente nesta Casa, o Deputado Airton Cordeiro, tentando relacionar, numa confusão mental, as atitudes que ocorreram nesta Casa a respeito de um desempregado que imaginou que esta Casa era a Casa do Povo.

Veio para cá, fez as suas reclamações e teve entrevista verbal com o Deputado Osvaldo Alencar Furtado e foi naquela ocasião defendido pelo Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Concederei o aparte aos eminentes Deputados que me estão solicitando. Em primeiro lugar, ao Líder do PMDB.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado, Vossa Excelência coloca a questão em termos que não podemos aceitar. Vossa Excelência coloca a questão de que o PMDB assumiu o poder para perseguir. Vossa Excelência há de convir que não foi este o propósito dos homens do PMDB. Não pode Vossa Excelência, de sua consciência, defender esta política de que homens da formação de José Richa, de formação cristã, lutaram tantos anos neste Paraná para ascender ao poder somente para perseguir. Vossa Excelência desfila uma série de argumentações que levam a crer que o PMDB chegou ao poder só para perseguir, este PMDB que foi perseguido durante tantos anos. Não, esta afirmação, não podemos de maneira alguma aceitar e Vossa Excelência de sua consciência há de convir que não há o propósito de que não é a luta maior do PMDB perseguir.

Peço a Vossa Excelência e vejo no seu bom senso que esta não é a nossa preocupação de perseguir.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Nobre Deputado, concordo com Vossa Excelência de que, realmente, o programa do PMDB não prevê isso.

O Sr. Nilso Sguarezi — Com referência ao PT, não vou declinar nomes, mas posso assegurar-lhe que não há esta preocupação, que este ato de um funcionário da Secretaria de Segurança possa levar a crer que estejamos preocupados com o PT.

Tanto não é verdade, que temos companheiros do PT, inclusive do seu diretório regional, funcionários do Governo do Estado, incluídos agora em cargo de comissão deste Governo, que não cabe aqui declinar o nome até para não constranger essa pessoa, mas este fato é conhecido e provado.

Portanto, não há da parte do Governo do PMDB qualquer intenção de fazer qualquer tipo de perseguição. Isto são fatos próprios, são fatos muito comuns no começo de governo.

Lembro-me de Ney Braga. Quando Ney Braga assumiu o Governo pela primeira vez, quando o Paraná tinha uma população inferior a três milhões de habitantes, demitiu oito mil serventuários públicos do Paraná, porque ...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Oito mil serventuários públicos?

O Sr. Nilso Sguarezi — Oito mil funcionários públicos.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Não serventuários?

O Sr. Nilso Sguarezi — Serventuário no sentido de dizer funcionário público, neste sentido de dizer, serventuário, sinônimo do funcionário público.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço a correção de Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Então, nobre Deputado, não se pode levar como perseguição política a demissão de algumas pessoas. Se houve estas demissões, não encare como uma perseguição política, porque entre os próprios demitidos, houve nomes do próprio PMDB. Foi um critério que o Governador adotou e que nele, inclusive, entraram homens que trabalharam na última campanha para o PMDB. Isso não quer dizer que tenhamos a preocupação de perseguir os companheiros e os

filiados do PDS.

Era esse o esclarecimento que eu queria fazer a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço o esclarecimento de Vossa Excelência, e ocupo a tribuna hoje para fazer um discurso sobre os últimos acontecimentos havidos aqui nesta Assembléia Legislativa, e pretendo logo em seguida partir para um outro rumo no meu pronunciamento, nesta tarde.

Mas, respondendo rapidamente Vossa Excelência, diria que concordo com Vossa Excelência. Conheço a formação cristã do Governador José Richa, tive a oportunidade de com ele perfilar no mesmo partido político, o PDC, de saudosa memória no Paraná e creio que realmente o programa do Partido de Vossa Excelência não prevê a perseguição política como uma das suas teses principais.

Ao contrário, eu sei que o partido de Vossa Excelência guarda muita similitude inclusive com o Partido Democrático Social ou com outros partidos políticos existentes no Brasil.

Entretanto, o que o Paraná assiste hoje, estarecido, é que entre o programa, a palavra e a ação, vai uma grande diferença política, mais do que diferença política, vai uma diferença real.

Convido Vossa Excelência para debater comigo amanhã, um discurso que estou terminando de redigir a respeito do PMDB e das perseguições, mas não só das perseguições; o PMDB como partido que está instaurando no Paraná um novo tipo de empreguismo e de clientelismo. Pretendo inclusive trazer dados irretorquíveis, fornecidos por órgãos oficiais a respeito das demissões do funcionalismo público celetista e das contratações feitas pelo Governo José Richa, no Governo peemedebista no Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois Deputados fizeram pronunciamentos nesta Casa a respeito dos últimos acontecimentos.

Na sexta-feira, o Deputado Anibal Khury, e hoje, no Pequeno Expediente, o Deputado Odeni Mongruel, os dois apelando para que o Parlamento realmente exerça a sua função de fiscalização dos atos governamentais, de "forum" e palco dos maiores assuntos e debates da gente paranaense. E, no final de semana, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive a oportunidade de ler um discurso proferido em 1962, pelo grande paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto. Um discurso memorável sob todos os aspectos, roteiro para um estudo de Barbosa Lima, publicado na edição "Ensaio" da Universidade Federal do Paraná.

E me permito ler parte deste pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para definir o papel e a importância dos parlamentares na vida das sociedades democráticas. Diz em determinada parte do discurso o ilustre paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto, que tanto honrou esta terra no Parlamento Nacional:

"Elimine-se o Parlamento, e desce logo a noite da ditadura, da arbitrariedade, da discriminação, da violência, da legislação de surpresa confeccionada sem polícia na antecâmara dos Palácios e Ministérios. Elimine-se o Parlamento e o Jeca Tatu perdido no mais distante e remoto sertão perde um pouco de si. Ele talvez não saiba, não deve saber mas perde. Perde uma parcela dos seus direitos e garantias; perde advogados que o defendem por princípio; perde um pouco da dignidade de viver

Hoje como ontem, se desconhecem as funções essenciais do Parlamento na garantia das liberdades democráticas. O pior dos parlamentos é fundamentalmente necessário como pulmão, que faz a Nação respirar e viver livremente".

Este é o ensinamento de Bento, tão atual hoje como ontem, e é por isto que, em nome do PDS, assumo esta tribuna

nesta tarde para fazer também da parte da Bancada do PDS um convite para que todos os Parlamentares se debucem sobre os assuntos mais importantes da atualidade paranaense. E para que possamos nós encontrar pontos de convergência que nos levem a ser dignos da representação popular livremente auferida nas urnas de 15 de novembro.

A Assembléia Legislativa tem sido palco de lamentáveis acontecimento durante duas semanas. Este plenário presenciou nos últimos dias o acirramento das discussões e dos debates entre os Srs. Deputados, muitos dos quais fizeram da hostilização o primeiro objetivo de suas manifestações contra a oposição, esquecendo-se que do equilíbrio das forças nesta Casa é que pode sair a exata compreensão no encaminhamento dos problemas e das questões que estão afligindo o povo paranaense.

A exaltação dos ânimos é preciso que reconheçamos, chegou a ultrapassar os limites do tolerável pela opinião pública do nosso Estado, que passou a ver na atuação dos mandatários paranaenses a exaltação destrutiva, capaz de comprometer a sua missão e métodos de trabalho no Poder Legislativo, cuja presença no complexo institucional assume cada vez maior importância.

Felizmente, no final da semana, pudemos ouvir um pronunciamento que encerra um apelo à harmonia, à moderação, e ao respeito mútuo, a fim de evitar que esta Casa se transforme no cenário escuro em que só irresponsabilidade pode habitar.

Refiro-me às palavras do Deputado Anibal Khury, estribadas em sua longa experiência política e na sua vivência parlamentar, lembrando que tanto os Deputados do PDS como os do PMDB são impulsionados por um sentimento comum: transformar esta Assembléia num fórum permanente de debates, voltados para os problemas com que o Estado se defronta, tentando dar o melhor de nossos esforços para equacioná-los.

Usando de sensatez, o representante do PMDB identificou-se com a luta que temos empreendido no exercício da liderança da Oposição nesta Casa, com o reconhecimento de que, no momento atual, é preciso conjugar todos os esforços e realizar trabalho amplo de fortalecimento das prerrogativas parlamentares, como forma vital para a consolidação democrática iniciada pelo Presidente João Figueiredo.

Merece a nossa solidariedade o Deputado Anibal Khury, ao manifestar que tais prerrogativas só serão respeitadas por outros Poderes do Estado e da União, se nós, no exercício de nossos mandatos, tivermos capacidade e serenidade.

Sua condenação ao clima de ódio que se instalou nesta Casa, motivando comportamento exacerbado dos Srs. Deputados, reflete também nossa preocupação já manifestada nesta tribuna, quando há cerca de dez dias advertíamos que revolver o lixo do passado não representa contribuição alguma ao desenvolvimento e ao progresso do Paraná e do nosso País, mas só poderia constituir preocupação daqueles que não estão interessados na construção do futuro de paz, de fraternidade, de justiça social, de progresso e de bem-estar, tão almejado por todos nós como forma de estruturar uma sociedade mais justa e mais cristã, correspondendo assim aos anseios e aspirações daqueles que nos outorgaram o mandato de deputado estadual. É preciso lembrar àqueles que se deixaram tomar pela intolerância que a sociedade paranaense deu o grito nas urnas de 15 de novembro e que agora está a reclamar, naquele mesmo clima de liberdade que cercou a campanha eleitoral, que se use a disciplina do espírito, em todos os debates, sem precisar transformá-los em risco de vida ou de liberdade.

A sociedade está a reclamar, em alto e bom som, que os debates aqui travados sejam produtivos, sem prejuízo das convicções políticas, eliminando-se os radicalismos, que são os maiores inimigos da tolerância, e que sejam frutos de idéias desprevenidas e desarmadas, pois o povo repudia o absolutismo.

Não tem sido outro o comportamento da Liderança da Oposição nesta Casa e de seus liderados para que honremos nossos mandatos em clima de entendimento cordial, sem afrontas contra o decoro parlamentar e o prestígio do nosso Legislativo.

Temos lutado pela maior projeção do nosso Estado no cenário nacional, pelo reconhecimento do esforço que os paranaenses desenvolvem para o progresso do País e aperfeiçoamento das suas instituições políticas.

Creio ter sido esse também o espírito que animou o Deputado Aníbal Khury, como representante do PMDB nesta Casa, a fazer o seu pronunciamento.

E, se assim foi, está a merecer a nossa solidariedade que declarou neste momento, em favor da gente que representamos.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) Apenas para dizer ao ilustre Líder do PDS não ser de nosso feitio faltar com a ética parlamentar. E se, neste plenário, no dia de hoje, o nome do Deputado Airton Cordeiro foi mencionado, é porque ele entrou minha missiva ao Bacharel Paulo Cruz Pimentel. Não era ao Sr. Deputado Airton Cordeiro que pretendia me referir, mas ao diretor do jornal "O Estado do Paraná" quando, ao acusar-me em editorial, não me deu o direito de defesa que me assegura a Lei de Imprensa. Por conseguinte, se a Bancada do PDS entende que eu faltei com o decoro parlamentar para com o Deputado Airton Cordeiro, excuso-me e peço a ele na sua ausência, as minhas desculpas.

Todavia, devo afirmar que não poderia em hipótese nenhuma, silenciar-me perante a acusação feita pelo editorialista de "O Estado do Paraná" quando tenta fazer, obrigar a ser o PMDB o primeiro torturador.

Depois deste advento de um princípio de democracia, o PMDB, baluarte da liberdade e das causas mais populares do povo brasileiro, jamais poderia fazer de um João Soares, um torturado. Muito menos sob as vistas dos parlamentares do PDS que participariam também desse mesmo ato de torturadores.

Por conseguinte, inverídica a afirmação do editorialista de "O Estado do Paraná", quando tenta impingir apenas ao PMDB a pecha de torturador, porque, na Comissão de Segurança Pública, ela é composta de deputados das duas bancadas. Se tortura houve, foi praticada pelas duas bancadas. Por conseguinte eu afirmo: não houve tortura. O que houve, foi malversação da verdade, aplicada pelo editorialista daquele jornal.

Era só e muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Deputado, pedi um aparte a Vossa Excelência que sabe que nós respeitamos o Deputado Osvaldo Alencar Furtado como um grande tribuno. Mas a verdade é a seguinte, ilustre Líder da nossa bancada, se tortura houve, houve pela parte da maioria, porque somos minoria, Sr. Deputado.

Então, queria dizer a Vossa Excelência que dissesse ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado que somos minoria. Quem somos nós para torturar? Apenas somos expectadores.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que seu tempo está esgotado. No entanto, concede-lhe mais um minuto para o término de sua oração.

O Sr. Gabriel Manoel — Apenas para complementar, nobre Líder da bancada de nossa oposição renhida.

O problema é o seguinte: o Deputado Osvaldo Alencar Furtado ainda não se desencarnou. Tem que saber que hoje ele é situação. É quem manda. "Manda quem pode, obedece quem precisa", meu Líder. E com a devida vênia, com o respeito ao Deputado Alencar Furtado, meu amigo incondicional, ele que desencarne e que saiba, que as torturas são feitas pelo despo-

tismo de setores do Governo José Richa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Faço minhas as palavras do Deputado Gabriel Manoel, respondendo assim o aparte do Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, devidamente apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

A Mesa comunica, por solicitação da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que será realizado debate sobre o Parque Marumbi, relativamente à problemática de sua implantação, no próximo dia 10, às 10:00 horas, no Pequeno Auditório desta Casa. Assina o Presidente da Comissão, Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/83, que suspende por um prazo de cento e oitenta (180) dias a aplicação do Decreto Legislativo n.º 95/83, de 08 de fevereiro de 1983, ou até a regulamentação uniforme do uso do relógio-ponto no âmbito do Poder Executivo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.R., por unanimidade. Em regime de urgência. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Antes de proceder a votação, queria que Vossa Excelência anotasse o meu voto contrário à retirada do projeto, para que eu me situe, nestas condições, como homem que tem uma posição só, Sr. Presidente.

Se Vossa Excelência achar conveniente, queria que fosse inserido em ata que sou visceralmente contra e preciso me retirar, porque já dizia Rui Barbosa, "covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta", e covardes são aqueles que se dão por vencidos e fazem barganha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Constará da ata da declaração de Vossa Excelência.

Ao referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando seja ouvida a Comissão Executiva, com sua conseqüente retirada da Ordem do Dia. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/82, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a LIGA IGUAÇUENSE DE FUTEBOL, com sede no Município de Foz do Iguaçu. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 106/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "LIGA IGUAÇUENSE DE FUTEBOL", com sede no Município de

Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1982.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Foz do Iguaçu, estando, portanto, em efetivo funcionamento, desde o ano de 1975, sem qualquer fim lucrativo e nem distribui lucros a seus associados, preenchendo, desta forma, os dispositivos da lei que regulamenta a matéria aqui enfocada.

Assim sendo, solicitamos dos nossos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação desta nossa iniciativa por julgá-lo de justiça.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 106/82

#### PARECER:

O ilustre Deputado Tércio Albuquerque, com o presente plano de lei de sua autoria, visa declarar de utilidade pública a "Liga Iguaçuense de Futebol", com sede no Município de Foz do Iguaçu.

Colhe-se dos termos da justificativa que se trata de medida justa e oportuna, que objetiva reconhecer o trabalho de promoção da cultura física e intelectual através do esporte, que a entidade vem desenvolvendo na região.

O processo está de acordo com as normas regimentais e legais, nada havendo que obste a sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do Projeto. É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente  
IVAN GUBERT — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/82, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga a sede do Município de Mallet a Barra do Pottinga, Município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade.

#### PROJETO DE LEI N.º 129/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, melhoria e retificação, trecho da rodovia municipal que liga a sede do Município de Mallet à localidade denominada Barra do Pottinga, Município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### JUSTIFICATIVA:

A transferência de responsabilidade para o DER, do trecho de estrada referido visa possibilitar sua retificação de traçado, revestimento primário do leito e conservação, a fim de que o Município de Mallet possa beneficiar-se da estrada asfaltada de União da Vitória a Curitiba.

Atualmente, aquele trecho apresenta leito apenas carroçável, sendo impossível o trânsito de veículo motorizado de qualquer porte em dias chuvosos, o que obriga os moradores de Mallet percorrerem vários quilômetros a mais para poderem chegar a Curitiba.

Sabendo-se que a região é altamente industrializada cerca de 70 serrarias - e produtos de trigo e arroz em razoável escala, podemos perceber o sentido da integração sócio-econômica que a melhoria daquele trecho para trânsito de automóveis e caminhões acarretará para aquelas comunidades.

Além do mais, a localidade de Barra do Pottinga, final do trecho, situa-se a poucos metros de Paula Pereira, já no Estado de Santa Catarina, o que viria incrementar o escoamento da produção agrícola do Município de Canoinhas, com reais benefícios para toda a região.

Devemos ainda considerar que a ratificação do traçado e seu revestimento primário fará com que a estrada dê condições de acesso a Dorizon, local de interesse turístico para o Estado, pela justa fama de sua água mineral.

Finalmente, registra-se que o trecho total a ser transferido para o DER não ultrapassa de 50 quilômetros, o que não acarretará gravames insuportáveis para o plano de obras e aplicação financeira daquele órgão.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando, com base no Regimento Interno, audiência da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para o Projeto de Lei n.º 129/82. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Kietro Outiki, ex-Prefeito de Itambaracá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Orlando Striquer, ex-Prefeito do Município de Jataizinho. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 19/81, que visa elevar os valores das pensões concedidas às viúvas de ex-Deputados, tendo em vista a Lei n.º 7568, de 11/01/82. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que seja dispensada a taxa de pedágio para ciclistas na utilização do ferry-boat na travessia entre Guaratuba e Caiobá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido da obtenção de uma ambulância com equipamentos adequados para o Município de Boa Esperança. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando apelo ao Sr. Secretário da Segurança, no sentido de que seja procedida a apuração das responsabilidades com relação ao ofício da Coordenação de Informações da própria Secretaria, pedindo ao Tribunal Regional Eleitoral a relação dos filiados ao Partido dos Trabalhadores. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente à Presidência do Senado Federal, à Presidência da Câmara dos Deputados e às Lideranças partidárias das duas Casas referidas, manifestando a esperança da classe farmacêutica paranaense pela manutenção e cumprimento da Lei 6686/79. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton

Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o encaminhamento de pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, sobre quantos funcionários foram admitidos pela administração direta e indireta do Governo do Paraná em 1982, e quais os seus nomes, suas funções e onde foram lotados. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apelo aos Srs. Ministros do Planejamento, da Fazenda, da Agricultura e da Indústria e Comércio, no sentido de serem estendidos aos pequenos agricultores os benefícios para compras de carros à álcool, de forma idêntica aos benefícios concedidos aos motoristas de táxis. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de urgenciar providências no cascalhamento de 60 quilômetros no trecho compreendido entre os Distritos de Briolândia e Lageado Bonito, Município de Ortigueira. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de criar a Secretaria de Estado do Turismo. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Seretário das Finanças, para que o mesmo determine ao órgão competente, o estudo da viabilidade da construção do prédio da Agência de Rendas de Altamira do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de serem tomadas as providências necessárias à instalação pelo Departamento de Trânsito - DETRAN, da Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Laranjeiras do Sul. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Saúde e da Previdência Social, no sentido de que os mesmos enviem esforços para implantar em Campo Mourão um hospital regional. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, que o mesmo envie esforços no sentido de instalar um hospital psiquiátrico no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de ser substituído a viatura policial do Município de Janiópolis. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, no sentido de que sejam colocados em funcionamento, com medicamentos e equipamentos, os mini Postos de Saúde nos Distritos de Arapuã e Bredópolis, no Município de Janiópolis. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser pavimentado o trecho compreendido entre os Municípios de Missal a Medianeira. — **Aprovado.** Ao Departamento

Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, apelando no sentido de que os servidores contratados como "Conferente" e que prestam serviços nas Agências Auxiliares de Renda do Estado da Secretaria das Finanças, em serviços idênticos aos de Agente Fiscal, possam ser enquadrados através de concurso seletivo interno, na carreira de Agente Fiscal. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, visando a instalação de Agências do Banco do Estado do Paraná nos Distritos de Virmond e Nova Laranjeiras no Município de Laranjeiras do Sul. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Diretor da Rio-Sul Transportes Aéreos, para que o mesmo envie esforços no sentido de ser estendida a rota aérea da referida companhia até o Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, pedindo informações sobre a previsão do início da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Faraday. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, no sentido de que autorize a criação de um ginásio de esportes no Município de Pitanga. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, no sentido de ser autorizada a instalação de um Núcleo Regional de Ensino no Município de Irati. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, no sentido de que seja concedido auxílio para a cobertura da cancha de esporte no Centro Cultural e Recreativo e construção de arquibancadas no Estádio Municipal "Jerônimo Perussolo", no Município de Rebouças. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, que a conservação da estrada Rebouças-Marmeleiro numa extensão de 14 quilômetros seja feita às expensas do DER. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Sra. Secretária da Educação, apelo no sentido de ser liberado auxílio financeiro para a reforma das Escolas Municipais e Estaduais de Rebouças. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, apelo no sentido de ser liberado auxílio financeiro para o pagamento dos Professores municipais de Rebouças. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, apelo no sentido de que sejam construídas 6 pontes no Município de Rebouças: uma sobre o Rio Cachoeira na divisa com o Município de Rio Azul; duas sobre o Arroio do Tigre, na localidade de Cachoeira dos Domingues; uma sobre o Rio da Barra, sentido Conceição; uma sobre o Rio da Barra, sentido Marmeleiro e uma sobre o Rio da

Barra, sentido Salto. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de solicitação à Sra. Secretária da Educação, no sentido de que sejam incluídas no orçamento daquela Secretaria, verbas destinadas a auxiliar na manutenção da Casa da Estudante Universitária de Curitiba. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de matéria publicada na "Folha de Londrina" com o título "Precárias condições de tráfego entre Campo Mourão e Rio Ivaí". - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de solicitação ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de implantação do sistema de telefones residenciais no Distrito de Arapuã, e a instalação de Posto de Serviço - PS, no Distrito de Cinco Marcos, no Município de Janiópolis. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido da construção de um Terminal Rodoviário no Município de Quinta do Sol. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, encarecendo estudos no sentido de se instalar a rede de esgotos no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo esforços no sentido de ser instalado um Centro de Abastecimento CEASA no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, com a finalidade de obtenção através desse órgão para o Município de Peabiru, de ambulâncias com equipamentos adequados. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a criação de um Grupo Especial de Trabalho para estudar a viabilidade da criação de uma Companhia Aérea do Paraná, nos moldes da já existente em outros Estados da União - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo medidas junto ao IPE no sentido de serem credenciados dentistas e oftalmologistas, através desse órgão, ao Município de Ivaiporã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de, através do setor competente, nomear com a máxima urgência, os candidatos aprovados em concurso público para Agentes de Segurança. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhada proposta à Secretaria da Justiça, através do Governo do Estado, no sentido de que a localidade de São Sebastião, Município de Vera Cruz do Oeste, seja elevada à condição de Distrito Administrativo. - **Aprovado.** Ao Departamento

Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Secretária da Educação, visando a construção do prédio da Escola João de Mattos Leão, localizada no Distrito de Alto Porã, Município de Ivaiporã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Superintendência do INAMPS, encarecendo urgência no credenciamento de dentistas e oftalmologistas para o Município de Ivaiporã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos para viabilizar a elevação da Comarca de Foz do Iguaçu à condição de Entrância Final. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos para a criação de comarca no Município de Santa Terezinha do Itaipu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício à Itaipu Binacional, no sentido de que a mesma efetue estudos que visem a viabilidade de uso da "Faixa de Segurança" que circunda o lago de Itaipu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos e Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de sugestão ao Ministro da Agricultura, Presidente do Banco do Brasil e outras autoridades, encarecendo a liberação total das verbas contratadas junto ao Banco do Brasil de Umuarama, destinadas à colheita de café. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Secretário de Agricultura, encarecendo a implantação de Armazéns da COPASA, na cidade de Pérola. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa de matéria publicada na "Folha de Londrina", com o título "Será assinado hoje protocolo para recuperar bacia poluída". - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior solicitando o envio de expediente parabenizando a Associação Médica Regional de Campo Mourão, pela inauguração de sua sede social. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída nesta Casa, Comissão Especial destinada a realizar estudos sobre a criação da Caixa Econômica Estadual do Paraná, composta por 7 Deputados. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Em função do resultado de aprovado do referido requerimento, a Mesa solicita das Lideranças que encaminhem a indicação dos Membros que deverão compor esta Comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, a construção de um Ginásio de Esportes na cidade de Laranjeiras do Sul.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que não punam os usuários de seus serviços com cortes de energia, água e telefones às empresas COPEL, SANEPAR e TELEPAR nas sextas-feiras ou vésperas de feriados. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

A Presidência registra, com satisfação, a presença em plenário do Sr. Albino Corazza Neto, Prefeito de Toledo, que se faz acompanhar do Secretário da Administração daquele Município, Nelson Bucalão. Também a presença do Vereador Antônio Zacarias Oliveira, do Município de Pirajó do Sul.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) De acordo com o artigo 97, requeiro a Vossa Excelência, se possível, mandar fornecer-me uma cópia da ata dos trabalhos de hoje.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência atenderá Vossa Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/82.

Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RUBENS BUENO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1.983.**

#### “PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO ENTRE CAMPO MOURÃO E RIO IVAÍ

Inaugurado no dia 11 de outubro de 1968 pelo então Governador Paulo Pimentel, a rodovia PR-317, entre Campo Mourão e Maringá, foi a primeira ligação asfáltica a unir a região Centro-Oeste do Estado ao resto do País.

Atualmente, apesar da área ser atendida por outras rodovias pavimentadas, essa estrada pioneira é ainda de vital importância, principalmente para a economia regional.

Entretanto, no trecho Campo Mourão — Rio Ivaí, são péssimas as condições de tráfego e nada existe ainda de concreto com relação a sua restauração.

A situação dos 51 quilômetros é tão crítica que o 1.º Distrito do DER com sede nesta cidade, mantém permanentemente duas equipes, num total de 30 homens, executando serviços de conservação rotineira e corretiva no trecho. Outro dado serve para aquilatar o estado da importante estrada: somente no ano passado, foram gastos cerca de 25 milhões de cruzeiros para se manter o trecho em razoáveis condições de tráfego.

Um grupo de operários destaca-se na operação tapa-buracos, mas trata-se de um serviço paliativo que já não está satisfazendo os motoristas que transitam pela estrada. Afinal, a vida útil da pavimentação, prevista no projeto de engenharia, é de 12 anos. Portanto, já venceu há três anos e a única saída é o recapeamento da pista de rolamento, recuperação total dos acostamentos e melhorias na sinalização.

Em 1978/79 o DER chegou a restaurar integralmente o trecho de 33 quilômetros entre Maringá e o Rio Ivaí, paralisando posteriormente as obras

por falta de recursos financeiros. Desde então, é aguardada a melhoria do restante da rodovia, mas, apesar da movimentação das lideranças regionais no sentido de conseguir a conclusão da restauração, nada foi obtido do Governo do Estado, além de sucessivas promessas de que o trabalho seria executado a curto prazo.

O pouco caso do governo estadual anterior foi marcante. Consta a melhoria, por exemplo, do Plano de Obras do DER para este ano, mas no orçamento não constam recursos para que seja executada.

#### A P E L O

No ano passado, o Rotary Clube de Campo Mourão solicitou ao então Governador Ney Braga providências urgentes no sentido de que fosse recapeada a rodovia e melhorada a sinalização, adiantando tratar-se de “um dos problemas que mais afligem toda a população desta região”. A iniciativa foi apoiada pelos demais clubes de serviço da cidade, cidade, associações de classe, entidades filantrópicas, empresas e órgãos públicos municipais, que reforçaram o pedido encaminhando também correspondência ao governador.

No ofício enviado pelo Rotary Clube de Campo Mourão, em maio, é denunciado o precário estado de conservação da estrada: “Apresenta-se em precárias condições, com inúmeras irregularidades e imperfeições na pista de rolamento, tais como trincas e recalques, além de seus acostamentos apresentarem-se totalmente impraticáveis e de praticamente inexistir a sinalização da pista” — afirma.

Sérgio Luiz Panceri e Tarcício Vieira Meyer, respectivamente presidente e secretário do clube de serviço, destacam também na missiva a importância do trecho viário e os perigos que oferece atualmente. “Constituindo-se nossa região em área essencialmente agrícola, contamos também, a par com o tráfego de veículos leves e pesados, com o constante tráfego de tratores e máquinas colheitadeiras, que pela impossibilidade de utilização normal dos acostamentos, seus condutores são obrigados a utilizar as pistas de rolamento, ocasionando constantes acidentes, quase todos de grandes proporções” — enfatizam.

Também o então presidente da Associação das Câmaras Municipais da Microrregião 12 (Acamdoze), Alceu Venâncio, de Peabiru, reivindicou a recuperação da rodovia, através de ofício encaminhado ao Governador e aos órgãos competentes.

Falando à Folha durante recente reunião de entidade, Venâncio explicou que o estado em que se encontra a rodovia prejudica o transporte de cargas e mesmo o trânsito de veículos de passeio, alertando: “Um motorista, ao tentar evitar um buraco, pode perder a direção e acabar batendo em carros que vêm em sentido contrário. Há urgência na melhoria do trajeto”.

O ex-Presidente da Acamdoze refuta as acusações de que a recuperação da rodovia foi paralisada por questões políticas, “não há porque pensar assim” e que a destruição da estrada se deve à construção de Itaipu “não acredito que a situação atual dessa rodovia se deve ao transporte de cargas pesadas para Itaipu. Se deve, isso sim, ao tempo, pois o tráfego sempre foi intenso no trecho” — salientou.

Mais recentemente, o deputado estadual Rubens Bueno, do PMDB, pediu ao governador José Richa, a melhoria. Segundo o parlamentar, a situação chega a ser de calamidade pública em muitos pontos “provocando um sentimento de aventura nos que se utilizam da estrada, já naturalmente sobrecarregada pelo crescente tráfego regional. O agravamento das condições precárias da rodovia foi precipitado pelo fluxo incessante de materiais de construção para a usina de Itaipu”. — acusa.

## PERSPECTIVAS

O recondicionamento do trecho Campo Mourão - Rio Ivaí está orçado, a custos atuais, em dois bilhões de cruzeiros e o DER está tentando captar recursos junto ao BIRD, que possui um programa específico de financiamento para a recuperação de estradas. Também está sendo tentado junto à Secretaria do Planejamento, um redirecionamento do orçamento do Estado, para que sejam destinados mais recursos para o setor de transportes.

Darcy Deitos, Diretor Administrativo e Financeiro do DER, entende que o grande desafio do atual governo é a conservação da malha viária: "O Paraná tem hoje 11 mil, 800 quilômetros de estradas asfaltadas, dos quais 9.800 quilômetros são da malha rodoviária estadual. Nos últimos anos o Estado se preocupou quase que unicamente com a construção de novas estradas. O nosso desafio é o de fazer a conservação e alguns trechos precisam ser recapeados urgentemente, como é o caso do trecho compreendido entre Campo Mourão e o Rio Ivaí, que encontra em estado lastimável". — destacou.

Talvez ainda este ano seja iniciada a obra "que é de vital importância para a economia do Vale do Piquirivai. Além de todo o tráfego pesado para Itaipu, boa parte da produção de grãos sai por essa rodovia" — lembra Deitos.

A importância da estrada foi comprovada por um levantamento realizado entre os dias 15 e 21 de outubro do ano passado, pela Polícia Rodoviária, quando foi registrada uma média de 4.482 veículos em trânsito diariamente.

## A RODOVIA

A PR-377 foi durante praticamente 10 anos, a única opção para o escoamento da produção agrícola da região Centro Oeste do Estado para o Porto de Paranaguá. Ainda hoje é bastante utilizada para o escoamento de safras, já que Maringá é servida por ferrovia, além de ser caminho obrigatório para aqueles que se dirigem a São Paulo.

Sua área de influência é extensa e a PR-317, não mais é vista com temor, mas sim com bons olhos, pelas lideranças locais. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Campo Mourão, elaborado na administração do falecido prefeito Horácio Amaral, revela a apreensão à época da inauguração da rodovia. "O recente asfaltamento da ligação rodoviária entre Campo Mourão e Maringá, a par de facilitar o escoamento da produção agrícola ou industrial do município, trouxe consigo uma séria ameaça ao processo de desenvolvimento local". Então, com a "acrescida facilidade de escoamento, toda a produção agrícola da região ganhou melhores condições de acesso a Maringá e Apucarana, para efeito de beneficiamento ou comercialização, uma vez que estas cidades — detentoras de importantes unidades e organizações nesses setores — passaram a constituir itinerário obrigatório para os produtos que demandam os mercados de São Paulo ou Curitiba".

Mas a preocupação foi apenas passageira, porque, atualmente, está em Campo Mourão uma das maiores cooperativas agrícolas do Brasil.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RUBENS BUENO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1.983.**

**"SERÁ ASSINADO HOJE PROTOCOLO PARA RECUPERAR BACIA POLUÍDA.**

Ubiratã (Da sucursal de Campo Mourão) — Representantes de instituições e órgãos governamentais, clubes de serviço, empresas particulares de assistência técnica e de crédito, associações de classe, recreativas e religiosas, além de

autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assinaram ontem, às 20,00 horas, na Câmara Municipal de Ubiratã, um protocolo de intenções visando a recuperação da bacia do Rio Água Grande, que abastece a cidade.

O manancial representa problemas de poluição por defensivos agrícolas aplicados em alta escala nas lavouras mecanizadas da bacia hidrográfica. Também apresenta problemas de assoreamento, em função de deficiências no traçado de estradas vicinais e carregadores.

O projeto de recuperação da bacia foi elaborado pelos engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas do município e prevê a manutenção de 40 quilômetros de estradas municipais, com a construção de "travesseiros" e caixas de retenção para obrigar a infiltração da água e impedir o escoamento sobre o leito, provocando erosão, além da execução das mesmas obras em 170 quilômetros de carregadores, acompanhadas de trabalhos de conservação. Também está prevista a construção, manutenção ou reconstrução do sistema de conservação de solo dentro de propriedades que correspondem a uma área de quatro mil hectares e o reflorestamento de 10 metros às margens do rio e de seus afluentes — uma área total de 50 hectares — com mudas de plantas nativas e exóticas.

Outro item do projeto é a instalação de quatro viveiros comunitários nas escolas rurais para a produção de mudas para a reposição das matas ciliares, utilizando a mão-de-obra dos estudantes e a construção de 14 abastecedores comunitários para que os produtores rurais não lavem e abasteçam seus pulverizadores no rio.

## MEIO AMBIENTE

Há cerca de dois anos, os agrônomos e técnicos agrícolas de Ubiratã, liderados pelo Núcleo dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão, deram início a uma série de denúncias, objetivando despertar a comunidade para os problemas locais, de conservação de solo e dos mananciais. Atualmente a região possui somente cerca de dois por cento de sua área com reservas florestais.

O movimento tomou impulso quando se iniciou a construção da atual estação de captação de água da Sanepar, no Rio Água Grande. E logo ganhou o apoio dos médicos, professores, advogados, clubes de serviço, políticos e demais representantes de segmentos sociais. Por diversas vezes foi registrada mortandade de peixe, causada por lavagem de máquinas de aplicação de defensivos e as autoridades e a população se mostram apreensivas quanto à possibilidade de uma futura contaminação da água utilizada no abastecimento da cidade.

Em outubro do ano passado, em Curitiba, durante o IV Encontro Estadual de Agronomia, o Projeto Água Grande foi apresentado e obteve ótima repercussão junto à classe e a órgãos governamentais. Recentemente a bacia foi visitada por um técnico da FAO — Organização de Alimentação e Agricultura — pré-qualificada para receber ajuda do organismo.

## TRABALHO INICIADO

Os trabalhos de recuperação da bacia já foram iniciados e contam com o apoio, em tempo integral, de dois agrônomos — um da Acarpa e outro da Cooperativa Agropecuária União — Coagru, de Ubiratã. Utilizando-se de recursos financeiros repassados pelo Banco do Brasil, os produtores rurais situados nas proximidades da cabeceira do rio estão retificando a conservação do solo e carregadores.

Em 15 dias, já foram realizados trabalhos em 200 hectares e até o final do mês está prevista a conclusão do serviço em outros 400 hectares. O ITC colocou à

disposição dos agricultores 50 mil mudas de plantas exóticas e cerca de 15 mil nativas para serem plantadas até o final do mês, enquanto a Prefeitura promete retificar as estradas, controlando a erosão e protegendo as propriedades conservadas.

Entretanto, o agrônomo Maurício Santana adianta que o desenvolvimento do projeto não depende exclusivamente da vontade do povo e sim de recursos indispensáveis à sua concretização. A velocidade dos trabalhos dependerá da sensibilidade das autoridades, Josmaro Penha Felix, gerente do Departamento Técnico da Coagru e um dos líderes do movimento é mais otimista: "Levaremos em frente o Projeto Água Grande, apesar da falta de recursos ou de um apoio oficial mais concreto, pois ele representa uma aspiração dos próprios agricultores e da comunidade, além de uma obrigação profissional da classe agrônômica".

#### ATA DE COMISSÃO:

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE ATA DE INSTALAÇÃO

Às dezoito horas do dia vinte e seis de abril de hum mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões das Comissões, compareceram os Srs. Deputados indicados pelas bancadas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e do Partido Democrático Social, em observância ao disposto pelos artigos 37 e 38 do Regimento Interno, para compor a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Assume a Presidência, na forma regimental, o Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos. Procedendo-se à chamada nominal, constata-se a presença dos seguintes Srs. Deputados: Adhail Sprenger Passos, Paulo Furiatti, Edgard Pimentel, Quielse Crisóstomo e Tuguio Setogutte. O Sr. Presidente declara instalados os trabalhos da Comissão, dizendo em seguida, que a reunião destina-se também à eleição para Presidente e Vice-Presidente. Feitas as indicações, são eleitos por aclamação os Deputados Osvaldo Alencar Furtado e Paulo Furiatti para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A esta altura dos trabalhos, assume a presidência o Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que agradece pela deferência de seus Pares em elegê-lo. Em seguida,

concede a palavra ao Deputado Adhail Sprenger Passos, que mostra a necessidade de serem agilizados os trabalhos da Comissão, no sentido de que ela se constitua num colegiado capaz de dirigir e conduzir, impondo uma política ecológica de vanguarda. A propósito de dispositivo regimental que prevê reuniões para as comissões técnicas, uma ou mais vezes por semana, o orador sugere que a Comissão de Ecologia se reúna às terças-feiras, após a sessão plenária. Sugere, ainda, que do veredicto da Comissão, seja dada ampla divulgação, do dia e hora, através do Diário da Assembléia. Em votação as proposições do Sr. Adhail Sprenger Passos, aprovadas. O Sr. Deputado Edgard Pimentel, com a palavra, diz de suas aspirações e atividades pregressas ligadas ao campo da ecologia, que o credenciam, no seu entender, a desenvolver um trabalho vigoroso junto à Comissão. Mostra ainda a necessidade de se buscar soluções independentemente de coloração partidária. O Sr. Paulo Furiatti com a palavra, manifesta a sua esperança de ver alcançados plenamente os objetivos da Comissão, tendo em vista o grande potencial de seus integrantes cujas atividades profissionais estão estreitamente ligadas à área ecológica. Pondera que a Comissão deverá respaldar-se com um acervo de leis, códigos, etc, que regulamentem o meio ambiente e com toda a iniciativa legiferante deste Poder, pertinente à Comissão para que seus membros possam familiarizar-se com as mesmas e proceder a um exame dos instrumentos legais de atuação de que o Estado dispõe, evitando possíveis pressões futuras por parte de empresas interessadas em escorar-se em legislação ultrapassada. Sugere ainda que seja solicitada verba capaz de dotar a Comissão de condição financeira para arcar com possíveis despesas. Como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente declara encerrados os trabalhos da reunião, marcando outra para a próxima terça-feira, após a sessão plenária. Para constar, eu, Myrthes Magda Gomes, secretária especialmente designada para este fim, lavro a presente Ata, que após aprovada será publicada para que produza os efeitos legais.

(aa) OSVALDO ALENCAR FURTADO

Presidente

Myrthes Magda Gomes – Secretária